

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ALDA MARGARETE SILVA FARIAS SANTIAGO

**VOZES E SAUDADES: as narrativas das ex-alunas sobre
a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação/Mestrado em Educação da Universidade
Federal do Maranhão, para fins de obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Iran de Maria Leitão Nunes

SÃO LUÍS

2015

ALDA MARGARETE SILVA FARIAS SANTIAGO

**VOZES E SAUDADES: as narrativas das ex-alunas sobre
a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação/Mestrado em Educação da Universidade
Federal do Maranhão, para fins de obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Iran de Maria Leitão Nunes

SÃO LUÍS

2015

Santiago, Alda Margarete Silva.
Vozes e Saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal
Regional Nossa Senhora da Assunção – Guimarães/MA (1957-1961).

95 f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientadora: Prof^a Dr^a Iran de Maria Leitão Nunes

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa
de Pós -Graduação em Educação, 2015.

1. Mulheres – Educação – Escola Normal. Título.

37.035 (812.1)

ALDA MARGARETE SILVA FARIAS SANTIAGO

**VOZES E SAUDADES: as narrativas das ex-alunas sobre
a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação/ Mestrado em Educação da Universidade
Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre
em Educação.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Iran de Maria Leitão Nunes
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão – PPGE-UFMA

Prof^a Dra Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão - PPGPP UFMA

Prof. Dr. César Augusto Castro
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão – PPGE/UFMA

Prof^a Dr^a Kilza Fernanda Moreira de Viveiros
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Leomar Silva Farias, professora normalista, mestra do meu viver.

Ao meu pai, José Ribamar Farias, presença imprescindível em todos os momentos.

Ao meu esposo, José Santiago, pela cumplicidade, pelo amor e apoio em todas as horas da minha vida e especialmente nesta árdua etapa.

Aos meus irmãos, Júnior e Erineuton, pela alegria, disponibilidade e pelo incentivo.

Ao meu querido sobrinho Lucas, presença ausente que renova as minhas forças.

A todos os meus familiares e amigos, pelas manifestações de amizade e carinho.

À Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes, presença serena em meu percurso acadêmico desde a Graduação, que me aceitou como sua orientanda no Programa de Pós-Graduação em Educação, a minha eterna gratidão.

À Profa. Dra. Diomar das Graças Motta, razão da minha insistência neste Mestrado.

Aos Professores Doutores, César Augusto Castro, Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha e Kilza Fernanda Moreira de Viveiros, pelas valiosas contribuições a este trabalho, por ocasião do exame de qualificação. Ao Professor César Castro, agradeço ainda a afetuosa acolhida, confiança e incentivo.

Ao Prof. Dr. Samuel Luís Velázquez Castellanos, pelas leituras, disponibilidade e amizade.

Aos membros do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero - GEMGe e do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras –NEDHEL, pelos estudos, pelas discussões, organização de eventos, viagens e por outros momentos fundamentais para a minha formação.

Às Professoras Doutoras, Francisca das Chagas da Silva Lima, Lélia Cristina Silveira de Moraes, Maria José Cardozo e demais membros do corpo docente do Programa de Pós - Graduação em Educação.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação.

Às sempre queridas Professoras, Maria da Piedade Oliveira, Lindalva Maria Maia Maciel e Ednólia Portela Gondim, pelo cultivo da amizade.

Aos amigos Josafá Conceição Clemente, Kathia Salomão, Elisângela Gomes, em nome dos quais agradeço aos alunos e às alunas da Turma 14, pelo convívio prazeroso.

Ao Amaury Santos, pela organização deste trabalho.

Às ex-alunas da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, que disponibilizaram as suas vozes para narrarem as suas histórias sem a intermediação alheia.

À Congregação Irmãs da Assunção da Santa Virgem, por meio das Irmãs Julliete, Lucile, Madeleine, Solange, Maria dos Santos e Alexandra, pelas orações, alegrias e pelo carinho.

Ao Pe. Marcelo Pépin, pelos ensinamentos e por sua gentileza.

Aos colaboradores, Júlio, Célia, D. Sabina, Gisele, Rui e Jaqueline, pela atenção.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio a esta Pesquisa.

Deixai, pois, que a minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias d'arte, caminhe entre vós.

Maria Firmina dos Reis.

RESUMO

A pesquisa intitulada “Vozes e Saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção - Guimarães” teve como objetivo analisar a relevância desta instituição de ensino para a construção das trajetórias pessoais e profissionais de suas ex-alunas, baseada em suas narrativas, com vistas à compreensão das posições assumidas pela escola, a vitalidade da obra educacional da Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem e suas ideias no que concerne à construção de uma educação feminina e na defesa dos direitos das mulheres, no município de Guimarães, na segunda metade do século XX. A metodologia aplicada fundamentou-se na Nova História Cultural e utiliza-se pesquisa bibliográfica, análise documental e faz uso do enfoque metodológico da história oral, por meio de entrevistas semiestruturadas. Entre os autores referenciados, destacam-se: Certeau, Benjamin, Nora, Scott, Touraine, Matos, Soihet, Lacroix, Saldanha, entre outros. O texto dissertativo está organizado em três seções: a primeira aborda aspectos históricos do município de Guimarães – MA, em seguida, discorre-se sobre a situação das mulheres naquele contexto, os papéis atribuídos a elas, as formas de organização e estratégias utilizadas no tocante à situação educacional, especialmente no período que antecede a chegada das Missionárias canadenses ao Brasil, no ano de 1956. No segundo capítulo, coloca-se em relevo a origem e expansão da Ordem Religiosa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem, buscando-se evidenciar os motivos que favoreceram sua vinda para o Brasil, especificamente para Guimarães. Destacam-se as ações que revelam o protagonismo da missão educacional das Irmãs, a repercussão de suas atividades neste Município, seu posicionamento religioso, social e político em um período de profundas transformações na Igreja Católica e no País. No terceiro capítulo analisa-se a relevância da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção para a construção das trajetórias pessoais e profissionais de suas ex-alunas, a partir de suas narrativas, a fim de que se compreendam as posições assumidas pela escola, a vitalidade da obra educacional das religiosas e suas ideias no que concerne à construção de uma educação feminina e na defesa dos direitos das mulheres. Os resultados demonstraram a importância da Escola Normal como via de acesso ao processo de autonomia feminina, por meio da formação pessoal, profissional e da inserção de suas ex-alunas no mundo produtivo e nos demais espaços da vida pública.

Palavras Chaves: Mulheres, Educação, Escola Normal.

RÉSUMÉ

L'étude intitulée Voix et manquant: celles des anciens élèves des récits à propos de l'école normale de Notre-Dame de l'Assomption - Guimarães" visait à analyser la pertinence de cette institution d'enseignement pour la construction des trajectoires personnelles et professionnelles de ses anciens étudiants, le De leurs histoires afin de comprendre les positions prises par l'école, la vitalité du travail éducatif de l'ordre religieux des Sœurs de l'Assomption de la Sainte Vierge et ses idées concernant la construction de l'éducation et la défense des droits des femmes dans la municipalité de Guimarães, à partir de la deuxième moitié du siècle dernier. La méthodologie est basée sur l'histoire culturelle du Nouveau et utilise revue de la littérature, l'analyse de documents et fait usage de l'approche méthodologique de l'histoire orale, à travers des entretiens semi-structurés. Parmi les auteurs référencés sont: Certeau, Benjamin, Nora Scott, Touraine, Matos, Soihet, Lacroix, Saldanha, entre autres. Le texte argumentatif est organisé en trois sections, la première portant sur les aspects historiques de la ville de Guimarães - MA pour mener ensuite à propos de la situation des femmes dans ce contexte, les rôles qui leur sont assignés, les formes organisationnelles et des stratégies utilisées en relation la situation de l'éducation, en particulier dans la période avant l'arrivée de la mission canadienne au Brésil en l'an 1956. Dans le deuxième chapitre de mettre en relief l'origine et l'expansion de l'ordre religieux de l'Assomption de la Bienheureuse Sœurs Vierges et cherchent à mettre en évidence les raisons qui ont favorisé leur venir au Brésil, plus précisément à Guimarães. Mettre en évidence les actions qui révèlent le rôle de la mission éducative des Sœurs, l'impact de ses activités dans cette municipalité, sa position religieuse, sociale et politique dans une période de profonds changements dans l'Église catholique et le pays. Dans le troisième chapitre, nous analysons la pertinence de l'École normale régional Notre-Dame de l'Assomption pour la construction des trajectoires personnelles et professionnelles de ses anciens élèves, de leurs histoires afin de comprendre les positions prises par l'école, la vitalité du travail éducatif des religieux et des idées sur la construction une éducation des femmes et la défense des droits des femmes. Les résultats ont montré l'importance de l'école normale comme une passerelle vers le processus d'autonomie des femmes, à travers la formation personnelle, professionnelle et l'insertion de ses anciens élèves dans le monde de la production et d'autres domaines de la vie publique.

Mots-clés: Femmes, l'Éducation, École Normale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Prédio da Unidade Escolar Nossa Senhora da Assunção	14
Foto 2	Vista aérea da Praça Luís Domingues.....	28
Foto 2	Cinquentenário da Escola N. N. Sra. da Assunção	41
Foto 3	Encontro de Ex- alunas	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação Nominal das Irmãs da Assunção	66
Quadro 2	Grade Curricular Escola N. R. N. Sra. da Assunção	67

LISTA DE SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEM	Centro de Ensino Médio
GEMGe	Grupo de Estudos sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
IASV	Irmãs da Assunção da Santa Virgem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A EDUCAÇÃO FEMININA EM GUIMARÃES.....	29
2.1	Guimarães, suas origens e suas mulheres	29
2.2	Mulheres e educação em Guimarães.....	35
3	A AÇÃO MISSIONÁRIA EDUCACIONAL DAS IRMÃS DA ASSUNÇÃO DA SANTA VIRGEM EM GUIMARÃES	42
3.1	A Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem	42
3.2	A vinda da Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem para Guimarães	45
3.3	As Ações das Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães	48
4	VOZES E NARRATIVAS DAS EX-ALUNAS DA ESCOLA REGIONAL NORMAL NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO.....	55
4.1	Educar professoras na segunda metade do século XX em Guimarães.....	55
4.2	A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção	65
4.3	Memórias e Saudades das Ex-alunas da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção	73
	CONCLUSÃO	81
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICES.....	91



Prédio da Unidade Escolar Nossa Senhora da Assunção

Introdução

1 INTRODUÇÃO

A historiografia atual tem se caracterizado por uma interconexão de modalidades, abrigando diversos campos, inclusive alguns relativamente novos, como o da história social, que se tornou um campo historiográfico abrangente e aberto a diversas possibilidades e sentidos, como por exemplo, uma interface com a História das Mulheres. E, apesar de recente vem produzindo uma crítica à história hegemônica, dominada pelos homens, ao incluir a mulher, como sujeito.

A presença da mulher, sobretudo da mulher professora, vem sendo percebida com maior frequência em pesquisas na área educacional. Assim, o campo da história da educação vem, paulatinamente, contribuindo para a difusão das histórias e das memórias dessas mulheres em diferentes localidades do Brasil, vez que a intensificação das produções também vem favorecendo a inclusão de territórios antes tidos como de menor interesse, quer pela sua localização geográfica, quer pela temática.

Além disso, os eventos sociais, cada vez mais, vêm provocando transformações as mais variadas em todos os setores da vida humana e uma delas diz respeito à visibilidade aos sujeitos anteriormente excluídos, principalmente dos registros históricos, dentre os quais, a mulher. Outro fato que merece destaque é aquele que coloca o conhecimento na principal posição em termos de geração de renda e riqueza, tendo a educação como via de acesso ao mercado de trabalho, bem como a sua importância que se torna imprescindível ao longo da vida toda.

Desse modo, a educação vem auxiliando as mulheres a romperem, gradativamente, a estrutura autoritária e hegemônica do modelo vigente de famílias, que corresponde ao modelo patriarcal, com forte predominância em todos os setores da vida social, para assegurarem suas presenças nos espaços públicos por meio do trabalho.

Diante desses condicionantes históricos, podemos inferir que a entrada das mulheres no mundo produtivo, não pode ser considerada como algo natural e tranquilo, uma vez que a luta pela emancipação feminina e pela igualdade entre os gêneros, empreendida ao longo dos tempos pelo movimento feminista foi, e tem sido o ponto central que vem favorecendo a circulação de mulheres em ambientes públicos.

Face ao exposto, propusemo-nos a empreender o presente estudo, “**VOZES E SAUDADES: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa**

Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961),” a fim de analisar a relevância desta instituição de ensino para a construção das trajetórias pessoais e profissionais de suas ex-alunas, fundamentada em narrativas, para compreendermos as posições assumidas pela escola, a vitalidade da obra educacional da Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem e suas ideias no que concerne à construção de uma educação feminina e na defesa dos direitos das mulheres.

Ressaltamos que o nosso interesse pela temática surgiu na graduação (1999 – 2003) ao estudarmos a disciplina História da Educação, ministrada pela Professora Doutora Diomar das Graças Motta, que, naquela ocasião, propôs uma atividade cujo tema era “A história da minha educação,” o que exigiu certo esforço e atenção, pois tivemos que rememorar lugares, pessoas e acontecimentos. A motivação por reconstituir as trajetórias pessoais e profissionais de mulheres, a partir da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, também surgiu do nosso convívio com a história da Instituição, como filha de professora normalista e como aluna do ensino fundamental em fins da década de 1980, na então Unidade Escolar Nossa Senhora da Assunção. Os questionamentos foram surgindo, um após outro, para, afinal, decidirmos de qual lugar partíramos para discorrer sobre a nossa trajetória educacional: de Guimarães, nossa terra de origem, ou São Luís, cidade onde passamos a viver por ser estratégica para o alcance de melhores oportunidades pessoais e profissionais?

Elias (1995) afirma que “os tipos humanos mais notáveis, mais paradigmáticos, mais influentes da nossa sociedade provêm das cidades ou delas receberam uma influência inegável.” Esta afirmativa poderia ter sido a base de nossa resposta, considerando que a nossa presença nesta cidade era justificada, ou pelo menos deveria ser, pela experiência educacional aqui vivenciada. No entanto, foram as lembranças do convívio na Escola Nossa Senhora da Assunção em Guimarães, das professoras e dos rituais próprios daquela escola que nos motivaram a escrever naquela ocasião.

Naquele mesmo período, a Professora Diomar das Graças Motta nos alertava sobre a importância da pesquisa como componente da nossa formação e indicou-nos vários grupos de estudos, entre os quais o GEMGe – Grupo de Estudos sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero. Passamos a freqüentar as sessões de estudos do GEMGe, e nestas, as leituras, os debates e os eventos realizados foram decisivos para esta investigação, iniciada, por ocasião

da monografia, e que seguiu nos instigando, tendo em vista a repercussão da ação educativa na condição feminina.

Assim, a pesquisa em tela tem sua relevância na aquisição de conhecimentos sobre a educação de mulheres, ao mesmo tempo que busca recuperar trajetórias de sujeitos sociais que construíram e ainda constroem, em meio às mais variadas formas de enfrentamentos, a tessitura da educação no País, a partir de localidades como o município maranhense de Guimarães, cujas condições, sob todos os aspectos, pouco favorecem a visibilidade do sujeito mulher.

Convém ressaltar que os estudos historiográficos sobre as mulheres professoras na realidade maranhense são ainda reduzidos, sobretudo se considerarmos a presença majoritária de pessoas mulheres no magistério em todo o estado do Maranhão. Apesar disso, destacam-se os estudos de Motta (2003), que coloca em relevo as Mulheres professoras na política educacional no Maranhão, e Abrantes (2012), que analisa a instrução formal destinada às mulheres e o dote como representação simbólica na Primeira República em São Luís.

Nessa direção, não poderíamos deixar de mencionar a presença do GEMGe e sua importância no âmbito da Universidade Federal do Maranhão, como instância de difusão das relações de gênero, com ênfase para os estudos sobre a mulher no espaço escolar, mas não somente neste, visto que as produções de seus membros (artigos, livros, monografias, dissertações e teses), majoritariamente, sob a orientação das Professoras Doutoras Diomar das Graças Motta e Iran de Maria Leitão Nunes, vêm localizando, cada vez mais, as mulheres em espaços diversos e trazendo à lume suas construções individuais e coletivas, possibilitando identificarem-se em diferentes épocas aspectos da educação da mulher maranhense.

Portanto o convívio acadêmico nesse Grupo nos estimulou a desenvolver esta Dissertação, na qual, procuramos analisar em que procuramos analisar, a contribuição da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, no município de Guimarães – MA para a construção de uma educação feminina voltada à defesa dos direitos das mulheres, com base em depoimentos de mulheres egressas dessa instituição de ensino.

Dessa maneira, nos propusemos realizar a presente pesquisa, que teve as seguintes questões norteadoras:

- 1) Qual o lugar social ocupado pelas mulheres em Guimarães na segunda metade do século XX?
- 2) Como ocorreu a educação de mulheres em Guimarães antes da chegada das religiosas canadenses?
- 3) Quais os motivos que favoreceram a vinda da Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem para Guimarães?
- 4) Quais ações evidenciam o protagonismo da missão educacional das Irmãs?
- 5) Qual a relevância da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção para a construção das trajetórias pessoais e profissionais de suas ex-alunas?

Por meio desta pesquisa visamos abordar três temáticas interligadas: mulheres, história da educação e gênero. Sobre mulheres nos fundamentamos, dentre outros, nos estudos de Duby e Perrot (1990), Scott (1995), Nunes (2006), Motta (2003), Touraine (2010), e Priore (2013), cujas leituras foram de extrema importância para a compreensão acerca da posição histórica das mulheres no mundo, nas diferentes épocas e contextos, em que as relações entre os sexos foram pautadas pela supremacia masculina.

Nessa perspectiva, Arendt (1975) afirma que “o teatro grego, responsável pela educação do homem, retratou a vida dos atenienses, na qual as mulheres aparecem como seres submissos e de pouco valor humano.” Portanto, ao longo dos séculos, a dominação masculina vem silenciando a voz das mulheres, ao mesmo tempo que constrói e produz personagens femininos que pouco coincidem com elas.

No entanto, esta situação de silenciamento a que foram submetidas, vem sendo significativamente alterada pela emergência de uma historiografia com novas abordagens e métodos que permitem não só uma história das mulheres, mas, sobretudo, a possibilidade de franquia às suas vozes. Tanto que,

No século XIX, pouca gente imaginava no campo da historiografia ocidental que um dia iriam se tornar tão atrativos os estudos sobre as mulheres nas várias épocas históricas. Mas a partir da segunda metade do século XX este tem sido precisamente um dos temas mais cotejados pelos historiadores do Ocidente. Sem dúvida contribuíram para isto os movimentos feministas, a gradual inserção da mulher no mercado de trabalho, o reconhecimento acadêmico e político das minorias e maiorias oprimidas, e outros tantos processos que se desenvolveram no decorrer do século XX (BARROS, 2010, p. 27).

Além disso, as transformações sociais, ocorridas primordialmente no início do século XX, vêm possibilitando uma reescrita da história, de modo que vem sendo identificada, ainda que discreta, a presença da mulher nos espaços públicos. Vale salientar que a concepção de educação também foi sendo modificada por estas transformações, em contraposição ao ideário de uma educação feminina com ênfase na formação moral que deveria orientar a conduta da mulher mãe e dona de casa, pois,

[...] sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que “as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas” ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficiente, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução.(LOURO, 2004, p. 446)

A educação feminina foi sendo então disseminada no país, tornando a atividade docente numa atividade predominantemente de mulheres, tendo em vista que características maternais, como cuidados e docilidade, constituíam-se credenciais necessárias ao exercício do magistério. Isto, aos poucos, foi se transformando para as mulheres em uma via de acesso à vida pública, que aproveitaram o espaço do magistério para o seu despontar na sociedade, ampliando, pois, a sua participação social, ainda que encontrando e superando alguns obstáculos.

O certo é que a história das mulheres traz marcas de linhas de fuga e reinvenção de modos de ser, por meio de estratégias que vão sendo adotadas durante o processo de constituição dos sujeitos de protagonismo nos espaços de vivências, dado que vem sendo reafirmado pela nova historiografia, ao desvelar pontos imprevistos que constituíram a base da autonomia feminina em diferentes locais e situações.

É essa historiografia que vem desvelando os silêncios existentes nas fontes históricas tradicionais e assumindo a função de revelar os interesses subentendidos nos discursos históricos, produzidos pelo patriarcado com base em imagens estereotipadas de mulheres que viviam apenas na ociosidade ou confinadas ao âmbito doméstico, panorama que vem sendo gradativamente alterado pelas histórias de vida de mulheres, antes formalmente sem história (SAMARA, 1989, p.78).

Segundo Touraine (2010), as mulheres não se consideram mais objetos carregados de significações impostas de fora, mas atrizes morais, responsáveis e livres, portanto donas de

seus destinos. Daí a importância de suas próprias vozes, que durante muitos séculos foram silenciadas, para contarem as suas experiências.

Sobre a história da educação, recorremos a autores como Certeau (2002), Burker (2004), Chervel (2006), Nora (1993), Benjamim (2005) e Vidal (2006), cujos postulados têm inspirado e influenciado a pesquisa em história da educação. Conforme mencionamos anteriormente, este campo vem sendo ampliado consideravelmente nas últimas décadas, e, igualmente investigado pelos pesquisadores educacionais que trazem à lume, os sujeitos, as práticas educativas, a arquitetura, a cultura material escolar, entre outros, sobretudo na atualidade.

Gatti Jr.(2006) recorda que “a História da Educação, constituída como disciplina escolar no Brasil, ligou-se, mesmo que a princípio sem uma explicitação clara, às tendências da historiografia tradicional, ao menos até as décadas de 1960 e 1970.” Assim, priorizamos neste estudo, a história da educação como construção de uma nova forma de compreender trajetórias e legados no campo educacional, sem, contudo, deixar de verificar seus itinerários e suas atuais formas de disseminação.

Na opinião de Barros (2010), o crescente interesse dos pesquisadores da educação pela historicidade das práticas educativas vem acompanhado de novas fontes, métodos e abordagens, o que nos permite a busca de fontes primárias inexploradas e a construção de novos problemas de pesquisa. Dessa forma, os sujeitos ganharam visibilidade, e a presença feminina vem despontando como objeto de investigação, principalmente no âmbito da história da educação.

Nesse sentido, Vidal (2006) afirma que a criação da Sociedade Brasileira de História da Educação e a realização de Congressos de História da Educação são marcos importantes que demonstram a consolidação da pesquisa na área da História da Educação e propicia o diálogo entre pesquisadores de diversos Estados, que vêm buscando entender as especificidades dos movimentos educativos e os sujeitos em seus espaços geográficos.

No Maranhão, o Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras – NEDHEL, os Programas de Pós-Graduação em Educação e História e o Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão realizam

anualmente o EMHE- Encontro Maranhense de História da Educação, com a finalidade de divulgar os estudos nessa área.

No que diz respeito a gênero, consideramos os estudos empreendidos por Scott (1995), Rago (1989), Butler (2001), Matos (2009) e Rosemberg (2001), que apontam a emergência do termo gênero, no fim do século XX, ausente das principais abordagens de teoria social até esse período. Desde então, o gênero vem sendo articulado como uma categoria analítica, tendo em vista o seu caráter relacional vez que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, constituindo-se, uma forma primária de relações significantes de poder.

Segundo Scott (1995), o termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definições, no intuito de sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens.

Para Matos (2009), os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando-nos à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando não somente o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador dinâmico e das inovações, focalizando o relativo e a multiplicidade de durações que convivem entre si na trama histórica.

Assim a abrangência desta temática exige atenção, pois as abordagens que incorporam a análise do gênero têm revelado incertezas, controvérsias e ambiguidades, ao evidenciar permanências e transformações como integrantes das relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiências. Ademais, o gênero fornece formas de decodificar e compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana e tem sido utilizado para análises históricas de áreas como a política e a religião, entre outras. (SCOTT,1995).

Podemos perceber, então, que as mais variadas experiências de dominação vem marcando a história das mulheres em todas as épocas. O mundo social, por meio de variados dispositivos simbólicos, ratifica a dominação masculina, ao consagrar o espaço público aos

homens e o espaço privado às mulheres, manifestando, desse modo, a noção de poder que corresponde à divisão dos cidadãos em dominantes e dominados. Por outro lado,

A transformação da ação em dominar e ser dominado – isto é, os que ordenam e os que cumprem ordens – produz-se inevitavelmente quando o modelo para se compreender a ação é extraído da esfera privada da vida doméstica e transposto para a esfera público-política, onde a ação propriamente dita se dá apenas como atividade entre pessoas (ARENDT, 2013, p.98).

Segundo Durkheim (1978, p.98), a história da família, a partir de sua origem, é apenas um movimento ininterrupto de dissociação no decorrer do qual as diversas funções, primeiramente indivisais e confundidas umas com as outras, separam-se pouco a pouco, repartidas entre os parentes segundo sexo, idade e relações de dependência. No âmbito desta divisão, evidencia-se a supremacia masculina, através do exercício do poder da ação que historicamente foi sendo conferida aos homens, pois, no caso da família, o modelo de chefia tomado como universal é aquele representado pelo homem, embora, ao longo da história muitas mulheres venham exercendo a função de chefes de família.

Esta representatividade, engendrada no âmbito privado e que coloca o homem como protagonista, configura o modo de organização familiar e ganha notoriedade e contornos variados no espaço público, local de concretização da vida em sociedade por meio de múltiplos eventos, tendo como eixo central da complexa engrenagem social, o poder masculino que teve seu nascedouro na privacidade familiar. Portanto, a mesma privacidade que legitima a submissão feminina e estende esta condição aos domínios do espaço público.

Ademais,

O fato de a experiência viva e real do exercício do poder não estar situada na esfera pública, mas na esfera privada da vida doméstica, cujo chefe mandava em sua família e seus escravos, é ainda manifesto nos muitos exemplos que se deram desde o inicio da nossa tradição, e que quase sempre são tomados dessa instituição da vida privada (ARENDT, 2013, p.142)

Isso, explica a configuração social da mulher e, consequentemente, a sua ausência nos registros históricos, pois o modo de organização social, cujo modelo enfatizava a hierarquia entre os sexos, pautava-se na figura masculina, em suas trajetórias e seus feitos. Nesse sentido, o passado omitiu a presença feminina, situação que vem sendo paulatinamente modificada com a ampliação dos domínios historiográficos, os quais vêm favorecendo os estudos sobre as mulheres em diversas áreas.

Segundo Bloch (2001), o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará, mas o conhecimento do passado é algo em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa. Assim, as transformações sociais recentes vêm permitindo o crescente interesse de pesquisadores e pesquisadoras pelas trajetórias de vida e da profissão de mulheres, os estudos são, geralmente, constituídos sob a ótica da História das Mulheres com uma forte associação à Nova História Cultural, ocasião em que se desnudam inúmeras contribuições das mulheres, sobretudo na área cultural, praticamente invisível na narrativa tradicional.

Outro aspecto a ser destacado acerca dos estudos atuais sobre as mulheres diz respeito à prevalência da dimensão relacional do gênero em parte considerável das pesquisas. Vale destacar que o conceito de gênero, termo inicialmente utilizado para demarcar as diferenças entre os sexos e imprimir legitimidade acadêmica aos estudos feministas, ganhou diversos sentidos, inclusive centralizando-se na figura feminina, expressando uma concepção fundada na reprodução e na sexualidade, mas, mesmo tempo, omitindo esta questão como construída socialmente e reveladora do modo de produção da existência social.

Para Scott(1995), as abordagens históricas sobre gênero, dividem-se em duas categorias:

A primeira é essencialmente descritiva, refere-se à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam a forma que tem (SCOTT,1995, p.74-75).

A propósito das diversas conotações adquiridas ao longo do tempo, o termo gênero, como categoria de análise histórica, foi estabelecendo intersecções com outras categorias como as de classe, raça, sexualidade e geração, apenas para citar algumas, a fim de apresentar a experiência da pessoa mulher em diferentes épocas e lugares.

Sem dúvida, a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres. Enquanto nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema (MATOS, 1994, p.16).

Com isso, os estudos de gênero vêm contribuindo para a consolidação da História das Mulheres na perspectiva da não linearidade, mas considerando o dinâmico movimento que constitui o permanente devir, próprio da condição humana, ao apontar que as lutas e

resistências femininas integram a dinâmica de dominação a que foram historicamente submetidas as mulheres, sutil ou deliberadamente, buscando romper essa dominação de modo incessante, mesmo que nem sempre de modo visível.

Dessa forma, empreender estudos sobre a mulher, tendo o gênero como categoria de análise, significa lidar com a multiplicidade de interpretações de saberes, vínculos, formas de organização e tradições que perpassam modos de vida e estão expressos na cultura, conforme a época e o lugar, de modo que esses elementos constituem a base das relações sociais, de onde emergem as experiências individuais e coletivas.

Tais pressupostos podem tornar ainda mais interessantes os estudos sobre as mulheres, tendo em vista as inovações que validaram novos métodos, fontes e temporalidades capazes de possibilitar, entre outras coisas, a pesquisa empírica como meio de compreensão do movimento dos sujeitos históricos nos processos de constituição de suas subjetividades, através das memórias e narrativas que somadas às fontes oficiais podem indicar as estratégias utilizadas por esses sujeitos, frente às situações de dominação.

A força dos modelos culturais dominantes não anula o espaço próprio de sua recepção. Sempre existe uma brecha entre a norma e o vivido, o dogma e a crença, as normas e as condutas. Nessa brecha se insinuam as reformulações, os desvios, as apropriações e as resistências [...]. E, pelo contrário, a imposição de disciplinas inéditas, a insinuação de novas submissões, a definição de novas regras de conduta sempre devem ceder ou negociar com as representações arraigadas e as tradições partilhadas (CHARTIER, 2010, p. 46-47).

Nesse sentido, Soihet (2000) afirma que o desenvolvimento da história das mulheres, tem dado lugar à pesquisa sobre elas, não apenas no exercício do trabalho, da política ou da educação, mas também se introduzem novos temas como a família, a maternidade, os gestos e sentimentos. A autora segue destacando que tanto no âmbito público quanto no privado, a atuação das mulheres é marcada pela inventividade e por outras iniciativas positivas, decorrentes de uma tentativa de subversão frente aos modelos vigentes, o que sugere a busca de outros valores, além de constituírem uma arma em defesa do gênero e contra as tradições misóginas.

Também,

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder. Aí encontraram os rudimentos de uma cultura, matriz de uma “consciência de gênero.” Tentaram também “sair” daí para terem “finalmente um lugar em toda parte.” Sair fisicamente: deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos – um café, um

comício -, viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no privado (PERROT, 1994, p. 503).

Daí a importância da valorização das narrativas das mulheres acerca de suas experiências e das representações que têm de si e de seu lugar na vida social, suas vozes ou seus silêncios poderão indicar muito de suas atitudes, objetivos e conflitos, considerando que, ao longo da história, as mulheres têm sido passageiras das vozes alheias, tantas vezes apresentadas nos textos como resultado da percepção masculina.

Além disso,

A personagem feminina, construída e produzida no registro do masculino, não coincide com a mulher. Não é sua réplica fiel, como muitas vezes crê o leitor ingênuo. É, antes, produto de um sonho alheio e aí ela circula, nesse espaço privilegiado que a ficção torna possível. [...] Como produção feita na linguagem, o texto literário é sempre confusão de vozes, babel de desejos, fascinante equívoco, lido como realidade (CASTELO BRANCO e BRANDÃO, 2004, p.11).

Face ao exposto, procuramos valorizar, por meio deste trabalho, percursos de vida e profissionalização docente, tendo como recorte o protagonismo das ex-alunas da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, segundo lembranças e testemunhos possíveis que possam indicar elementos constitutivos de suas trajetórias, sob o entendimento de que o gênero de um ser humano é o significado social e político, historicamente atribuído ao seu sexo, o que significa que nos tornamos homens e mulheres através de um processo histórico e culturalmente situado.

Desse modo, priorizamos uma interlocução com as ex-alunas da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e outros sujeitos, a fim de compreendermos as marcas desta ação educacional, sobretudo no que se refere à formação docente de mulheres, com base em seus relatos. Ao fazermos esta opção, utilizamos a História Oral, “subdivisão historiográfica que se refere a um tipo de fonte com o qual o historiador trabalha, a saber: os testemunhos orais.”(BARROS, 2010, p.132).

O registro dessas narrativas é pois fundamental para que preservemos esse período singular da história da educação feminina. A obra educacional das missionárias canadenses no

município de Guimarães foi tema dos trabalhos da Irmã Georgette Desrochers¹, da Professora Maria de Jesus Fonsêca² e do Professor Claudeilson Pinheiro Pessoa³.

Porém, as questões referentes à presença da mulher foram pouco abordadas, visto que o protagonismo dessa obra foi delas, das Irmãs da Assunção da Santa Virgem como fundadoras e dirigentes do empreendimento educacional composto de Creche, Pré- Escola, Ginásio e Escola Normal, além do Internato e da Escola da Fé. Também pelo fato de as alunas que, ao ingressarem na escola, passaram a imprimir novos objetivos às suas existências.

A pesquisa foi realizada no período de 2014/2015 com quatro ex- alunas da Escola Normal, atualmente na faixa etária de 70 a 75 anos, egressas das duas primeiras turmas, cujo ingresso ocorreu em 1957 e 1958, respectivamente.

A escolha deu-se pela representatividade delas em relação à história da Instituição-as quatro foram professoras naquele estabelecimento- e pela disponibilidade em contribuírem para a preservação da memória da educação feminina em Guimarães. Optamos pelas entrevistas semiestruturadas buscando “instaurar uma relação de escuta ativa e metódica” (BOURDIEU, 1997, p. 696), para, por meio delas, colher os relatos orais das memórias das egressas da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Com o intuito de preservar as identidades dessas mulheres, referimo-nos a elas por meio de nomes fictícios. E por considerarmos suas trajetórias valiosas para a história educacional do município, demos a cada uma delas nomes de pedras preciosas: Esmeralda (73 anos de idade, divorciada, dois filhos); Safira (70 anos de idade, viúva, um filho); Turmalina (75 anos de idade, casada, dois filhos) e Jade (72 anos de idade, solteira).

Consideramos significativo entrevistar as Irmãs que viveram em Guimarães de 1957 a 1961, entretanto, aquelas que estiveram na Escola nesse período já faleceram, o que nos impossibilitou colher suas memórias. Entrevistamos um dos Padres missionários cidadenses o qual, mesmo aposentado, preferiu permanecer no Brasil, na cidade de São Luís, o Padre Marcelo

¹ DESROCHERS, Georgette. **Audácia e Esperança em Terra Brasileira: As Irmãs da Assunção da Santa Virgem no Brasil (1956-2006)**. Gráfica e Editora Linha D’Água: São Luis, 2010.

² SILVA, Maria de Jesus Fonseca. **Escola Normal Nossa Senhora de Assunção de 1957 a 1970**. Monografia. Universidade Estadual do Maranhão: São Luis, 1998.

³ PESSOA, Claudeilson Pinheiro. **A Obra Educacional dos Irmãos de Nicolet em Guimarães – MA (1955-1965)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão: São Luis, 2013.

Pépin, que desenvolveu significativo trabalho em Guimarães. Ouvimos, também, um ex-aluno da segunda turma, identificado no trabalho como Rubi.

Desse modo, procuramos investigar, em consonância com as questões que norteiam este trabalho, aspectos que evidenciam a relevância da formação ofertada nessa escola para o desenvolvimento social da mulher, à luz dos pressupostos teóricos que orientam os estudos sobre gênero.

Para realizarmos este estudo, apoiamo-nos na perspectiva da história cultural, por concordarmos com Barros (2010), ao afirmar que este é um campo que se abre a estudos os mais variados, como, por exemplo as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural entre os intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos, atravessados pela polissêmica noção de cultura.

Nesse sentido, a história cultural é entendida para além da análise exclusiva da produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida, pois compreendemos que “toda vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura. Ao existir qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura.” (BARROS, 2010, p. 57).

Assim, foi utilizado o enfoque metodológico da história oral, que decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 2013, p.31).

Paralelamente, empreendemos a análise de Regulamentos das Escolas Normais maranhenses, da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e também das fontes secundárias como livros, apostilas e outros elementos que, à luz do referencial estudado, pudessem indicar sinais que favorecessem a emancipação feminina, via âmbito educacional.

Iniciamos o **Primeiro Capítulo - A EDUCAÇÃO FEMININA EM GUIMARÃES** - abordando aspectos históricos do município de Guimarães – MA para, em seguida, discorrermos sobre a situação das mulheres naquele contexto, os papéis atribuídos a elas, as formas de organização e estratégias utilizadas no tocante à situação educacional, especialmente no período que antecede a chegada das Missionárias canadenses ao Brasil, no ano de 1956.

No **Segundo Capítulo - A AÇÃO MISSIONÁRIA EDUCACIONAL DAS IRMÃS DA ASSUNÇÃO DA SANTA VIRGEM EM GUIMARÃES** – colocamos em relevo a origem

e expansão da Ordem Religiosa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem e buscamos evidenciar os motivos que favoreceram sua vinda para o Brasil, especificamente para Guimarães. Destacamos as ações que revelam o protagonismo da missão educacional das Irmãs, a repercussão de suas atividades neste Município, seu posicionamento religioso, social e político em um período de profundas transformações na Igreja Católica e no País.

No **Terceiro Capítulo** - analisamos a relevância da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção para a construção das trajetórias pessoais e profissionais de suas ex-alunas, a partir de suas narrativas, a fim de compreendermos as posições assumidas pela escola, a vitalidade da obra educacional das religiosas e suas ideias no que concerne à construção de uma educação feminina e na defesa dos direitos das mulheres.

Pretendemos, assim, nos somar àqueles e àquelas que buscam dar visibilidade e fazer ecoar as vozes das mulheres, muitas vezes silenciadas nos registros historiográficos da educação brasileira e maranhense, trazendo, no caso das vimarenses, suas narrativas, suas memórias e suas saudades.

I Capítulo



Praça Luís Domingues, no coração da cidade de Guimarães

*A educação feminina em
Guimarães / MA*

2 A EDUCAÇÃO FEMININA EM GUIMARÃES

Qual o lugar social ocupado pelas mulheres em Guimarães na segunda metade do século XX? Como ocorreu a educação dessas mulheres antes da chegada das religiosas canadenses no Município? Para tentar responder a estas questões, fez-se necessário, inicialmente, conhecer aspectos históricos do município de Guimarães – MA e a situação das mulheres naquele contexto, os papéis atribuídos a elas, as formas de organização e estratégias utilizadas no tocante à situação educacional, especialmente no período que antecedeu a chegada ali das Missionárias canadenses no ano de 1956, sobre o que passamos a discorrer neste Capítulo.

2.1 Guimarães, suas origens e suas mulheres

A fundação do município de Guimarães data do ano de 1758, mas a presença da mulher foi muito pouco registrada desde então. Sobre o cotidiano delas, o que predomina são as inferências, tendo em vista o modo obscuro e indefinido como se conta a história das mulheres, em geral. Daí por que a historiografia atual alertar para o cuidado ao analisarmos as fontes que “são percursos sinuosos, intricados, ao longo dos quais o historiador precisa dispensar cargas de muito preconceito presente nas fontes, desconfiar das lacunas, duvidar de suas verdades” (FIGUEIREDO, 2004, p. 142).

Desse modo, destacamos alguns aspectos da origem do município de Guimarães, cujas terras eram habitadas por índios Tupinambás às margens da baía de Cumã, região contígua à Tapuitapera (atualmente Alcântara) e importante rota marítima entre a Europa e São Luís, capital do Estado, as quais se tornaram prósperas pela abertura do caminho ligando Alcântara a Belém do Pará.

No trecho dessa estrada, o alcantarense João Teófilo de Barros inaugurou a fazenda Guarapiranga, na antiga aldeia de mesmo nome, cujo desenvolvimento beneficiou-se da localização estratégica proporcionada pela ligação estabelecida entre o Maranhão e o Pará. Anos mais tarde, em testamento, esta fazenda foi doada a seu filho José Bruno de Barros.

[...] foi o Senhor João Teófilo de Barros, abastado alcantarense, branco, detentor de muitos bens entre fazendas, terras, gados, escravos, utensílios de pesca, entre móveis e imóveis. Isto muito antes de 1751, porque a 03 de dezembro daquele ano, o referido proprietário, já vislumbrando seu final de vida, deixou um testamento onde nomeia José Bruno de Barros, então com 32 anos de idade, seu filho natural com a escrava Silvana Pestana, como seu herdeiro universal. Pelo preedito documento, os poderes concedidos a este mulato, só teriam eficácia após o falecimento daquele

testador, além de ficar obrigado a se casar com uma mulher branca e órfã, sob pena deste perder todos os seus direitos sobre os bens herdados (OLIVEIRA, 2007, p.12).

Nessa narrativa, que trata da doação de bens, fica evidente a posição de subordinação das mulheres a valores sociais permeados por preconceitos que desqualificam a mulher e atingem frontalmente a sua dignidade, tornando-a mero objeto da pretensão masculina. Por outro lado, as condições impostas pelo doador ao beneficiário nos instigam a vários questionamentos, entre os quais: A mulher branca e órfã, seria mais facilmente dominada e submetida ao seu marido? Teria José Bruno de Barros acatado integralmente tais determinações?

Devido à ausência de fontes que pudessem responder a essas questões, inferimos que José Bruno de Barros manteve-se firme ao compromisso assumido, a fim de assegurar a sua condição de herdeiro universal de seu pai, João Teófilo de Barros, pois, ao que consta, este não tendo outros herdeiros, doou parte dos bens herdados a alguns empregados e a fazenda Guarapiranga à Coroa, que posteriormente deu origem à Vila de Guimarães.

A nomeação da Vila deve-se a uma homenagem prestada pelo então Governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, a outra Vila de mesmo nome em Portugal. Por oportuno, ressaltamos que as pessoas naturais de Guimarães, em Portugal, são consideradas vimarenses em virtude de esta localidade ter como vegetação predominante o vime. E, por analogia, os nascidos no Brasil, no município de Guimarães, são considerados vimarenses.

Quanto à elevação da Fazenda Guarapiranga à condição de Villa, destacamos a seguir dados de sua fundação, conforme Resenha dos Autos de Vereação da Villa de Guimarães (1761 – 1778) publicada no Diário do Estado de 1802.

Auto de fundação e posse da Villa denominada Guimaraenz, e elevada a este predicamento do citio e lugar de Guarapiranga, na forma que ao diante se segue. Anno de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cincoenta e oito annos nesta fazenda e lugar de Guarapiranga no Cumam, Comarca da cidade de São Luiz do Maranhão aonde presente se acha o Ilustríssimo Senhor Gonçalo Pereira Lobato e Souza, Governador da mesma Capitania pela qual foi proposto que visto se achar o dito lugar adiantado, estabelecido com muitas casas e moradores formalmente arrumados, e abrigos de olaria, e por isso em termos de se achar a Villa na forma das ordens de Sua Majestade Fidelíssima e mais quando é bem notório o grandíssimo deferimento que resulta aos moradores [...] com a denominação e inovação de Guimaraenz de Cumam para q' daqui em diante haja deter e lograr toda isenção e predicamento devido e nela civilizarem as justiças competentes, pelas quais sejam regidos e governados os seus moradores e de seu distrito. [...] Eu, Joaquim dos Santos, escrivão dos Orfâons que por comissão o escrevy. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 05 de Outubro de 1802).

Na mesma data de sua fundação, ocorreu a primeira eleição para escolha dos juízes, oficiais e vereadores da então Câmara da Villa de Guimaraenz, cujas funções eram correspondentes às atribuições exigidas por força da nova ordem estabelecida e como sinal de legitimidade para o exercício da ordenação social. Nesse contexto, a educação formal não era assunto prioritário, sobretudo a educação de mulheres, no entanto não podemos afirmar se houve ou não iniciativas acerca desta questão, já que “ler e escrever pressupunham um mínimo de educação formal, o que podia realizar-se em casa ou em recolhimentos”(ARAÚJO, 2004, p. 50).

De todo modo, os espaços de atuação das mulheres nessa sociedade eram prioritariamente voltados para a vida privada, já que as atividades públicas eram de domínio masculino e a elas cabia cumprir as determinações estabelecidas pelo patriarcado e reiteradas pelo modelo cristão de organização familiar. Mesmo assim, não foram poucas as mulheres que romperam com essas determinações para imprimir novos sentidos às suas existências, utilizando-se de situações que em alguns momentos lhes eram favoráveis, apesar das interdições impostas.

Essa configuração da mulher, restrita ao âmbito privado, respaldava-se no discurso do patriarcado que a entronizara na sociedade brasileira como a “rainha do lar” e só muito lentamente foi sendo alterada pelo protagonismo de mulheres como Nísia Floresta (1810-1885) e Bertha Lutz (1894-1976), entre outras, que assumiram posições contra o ideário circulante, de que as mulheres são despreparadas para desempenharem funções públicas. Ao lado destas militantes, mulheres silenciadas e invisíveis foram os pilares de lutas e movimentos que provocaram mudanças em favor das mulheres, utilizando-se de mecanismos inesperados como destaca Michel de Certeau (2012):

Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 2012, p. 95).

Assim, as mulheres em Guimarães, bem como em outros lugares do mundo, desenvolviam estratégias singulares a fim de atingirem seus objetivos tanto no campo econômico, quanto no social e político. Lá estavam elas, anônimas ou representantes de pais, maridos, filhos ou outros parentes, à frente das mais variadas atividades, conforme apontam algumas informações, como as descritas no Almanaque da Província do Maranhão do ano de

1866, ao tratar do cenário econômico do município de Guimarães e apresentar a lista nominal de proprietários de fazendas daquele ano.

Entre esses proprietários de destaque, constam os nomes de algumas mulheres e suas respectivas propriedades, sendo elas: D. Virgínia Costa Veloso (Fazenda Concórdia), D. Liberata Genoveva de Araújo Cordeiro (as Fazendas Guarimandiua e Suaçu), D. Ana Cantanhede Vieira (Fazenda Coberta), D. Maria Francisca Goulart de Magalhães (Fazenda Itapeua), D. Ana Francisca de Sá (Perisinho) e D. Maria Arcângela da Silva Quintanilha (Fazenda Monte Cristo).

De igual modo, ressaltamos também as formas alternativas encontradas pelas mulheres que, na luta pela sobrevivência, desenvolviam arranjos variados com vistas a assegurarem os recursos essenciais à própria vida e de seus familiares, por meio de teias de solidariedade e vizinhança. Essas táticas eram comuns no cotidiano delas, já que algumas exerciam o papel de chefes de família, mesmo aquelas que viviam com seus companheiros.

Nesse sentido, Certeau (2012) esclarece que as táticas se originam de diferentes *maneiras de fazer* e resultam das astúcias dos consumidores (neste caso, as mulheres) e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos mesmos escaparem do controle e tomarem parte no jogo em questão. Além disso, as táticas habitam o cotidiano da cultura ordinária, instância onde são desenvolvidas as práticas e as apropriações culturais dos considerados *não produtores*.

Desse modo, o autor enfatiza a importância em narrar as “práticas comuns,” “as artes de fazer,” as operações astuciosas e clandestinas, pois estas podem revelar poderosas maneiras de agir, e assim diz:

[...] A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção qualificada de “consumo;” esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubliquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas *os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 2012, p. 98).*

Como vemos, as mulheres buscavam maneiras variadas e até mesmo não autorizadas, para atingirem a sobrevivência, modificando e (re) apropriando espaços, de modo que cada uma pudesse viver da melhor maneira possível; tornaram-se então costureiras, parteiras, benzedeiras e desempenharam tantas outras atividades conforme as suas necessidades cotidianas, que não eram poucas, em uma localidade em situação de acentuado atraso social.

Para Lacroix (1983), os ciclos econômicos não resultaram em progressos para a população dos municípios da Baixada Maranhense se considerarmos o tempo histórico de fundação dos espaços urbano e rural. Sobre essa questão, a mesma autora aponta a descontinuidade político administrativa, a ausência de investimentos na infraestrutura e nos setores produtivos, bem como nas áreas básicas como educação e saúde.

Nesse contexto, o trabalho executado pela mulher, como, por exemplo, atividades no campo, na costura e na condução de pequenos negócios não possuem valor como atividade produtiva por não configurar fonte de renda. “No entanto existem famílias em que a contribuição da mulher à renda é igual ou superior à dos homens, o que não se detecta nos censos de população, nem nas pesquisas domiciliares devido à definição de chefia que é utilizada” (ABRAMO, 1996, p. 14).

Em Guimarães, a influência destas mulheres, em alguns casos, ultrapassava os limites da própria família, como as mulheres costureiras, que recebiam em suas residências moças que vinham em busca do aprendizado na costura e acabavam aprendendo hábitos e atitudes da dona da casa, que não raro delegava às “discípulas” outras atribuições como as atividades domésticas, cuidados com crianças e outros afazeres.

Da mesma maneira, as professoras leigas, que exerciam o magistério em casa, também adotavam atitudes semelhantes com suas alunas, às quais eram atribuídos afazeres domésticos e trabalho na agricultura. Desse modo identificamos características presentes na postura feminina que se opõem à ideia de que as mulheres são predominantemente passivas, inclusive no que tange à rotina e organização do trabalho doméstico, pois as aprendizes, muitas das quais se tornavam hóspedes, eram consideradas filhas de criação, sobrinhas ou afilhadas pela mestra, e imediatamente eram inseridas nas atividades da casa com o livre consentimento dos pais.

Além dessas atividades, as mulheres foram percebidas em outros espaços. Guimarães teve uma mulher à frente da Prefeitura Municipal, no ano de 1945, quando da nomeação da professora normalista Maria Izabel Coêlho Leite, formada no Colégio Santa Teresa em São Luís, este fato veio apenas legitimar o prestígio político de seu pai Soriano Coêlho Leite, embora sendo considerada uma mulher à frente de seu tempo, não se tem notícia de nenhum feito merecedor de destaque nos períodos em que foi interventora: primeiro, em 1945 e

depois, no período de 1946 a 1947. Todas as ações de seus mandatos, foram creditadas ao seu pai.

Maria Izabel, era professora normalista formada em São Luis. Tinha na época, apenas vinte e dois anos de idade e a sua administração foram em dois breves períodos. Os opositores protestaram, porque sabiam que era Soriano quem realmente mandava, e indignavam-se com isso. Assim, e de fato não foi um avanço para as lutas feministas e sim mais um ato do mandonismo local, visto pelo povo como brincadeira de Soriano, sendo freqüente ouvir-se dizer: onde já se viu mulher ser prefeita. Mulher é pra cuidar de casa, dos filhos e do marido. Seu Soriano ficou doido colocando a filha (GOMES, 2007, p.36).

Outras funções eram desempenhadas por mulheres no tabelionato, a partir dos anos 1950, por exemplo, onde as senhoras Isolina Nunes de Sousa e Betina Furtado Cavaignac, por longos anos, registraram fatos da vida dos vimarenses, respectivamente nos Cartórios de Primeiro Ofício e Registro Civil, que funcionavam nas suas residências.

Como podemos observar, as mulheres, mesmo exercendo funções docentes, artesanais, comerciais e administrativas, o faziam nos espaços circunscritos às suas casas, o que reforça a ideia da divisão social entre os sexos estabelecida pelos sistemas de dominação, aceitas e assimiladas naturalmente na sociedade. Pois, como afirma Bourdieu (2012, p.18)

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar da assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres.

Ao destacarmos o poder exercido pelas determinações socialmente construídas e seus efeitos sobre as identidades dos sujeitos, chamamos a atenção para a força criativa das mulheres em oposição à imagem passiva e dependente presente no imaginário social; pobres ou herdeiras de famílias abastadas, as mulheres movimentaram-se conforme os seus interesses e necessidades.

Samara (2009) aponta que mesmo ausentes dos movimentos de reforma social, as mulheres protestavam em diferentes modos e épocas: ao senhor, como escrava, ao marido como esposa e ao pai, como filha, e isto pode ser visto como um processo de conscientização e rebeldia à sua condição de subordinadas. Assim, podemos inferir que o fato de não terem livre acesso aos lugares públicos não significa dizer que estiveram totalmente ausentes dos acontecimentos sociais; pode ser que se tenham feito presentes utilizando variadas possibilidades, basta que ampliemos a noção de lugares e territórios.

De acordo com Santos (2008), vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território e não o território em si mesmo que faz dele o objeto da análise social. Trata-se, pois, de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida e seu entendimento é fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva.

Desse modo, a presença das mulheres no mundo produtivo e na vida social deve ser desmistificada, tendo em vista as várias formas de sociabilidade e outras especificidades que foram sendo engendradas como meio de assegurar as suas sobrevivências ao longo dos tempos e só recentemente desveladas pelos estudos sobre as mulheres, tendo a categoria gênero como elemento revelador das diferenças entre os sexos.

2.2 Mulheres e educação em Guimarães

O registro da história da educação em Guimarães apresenta grandes lacunas e a ausência de fontes dificulta as pesquisas, uma vez que a memória oral não alcança períodos tão longos, pois estamos falando de um município com mais de duzentos e cinqüenta anos de existência. Os poucos registros encontrados não priorizaram a temática educacional, mesmo assim nos empenhamos em resgatar essa trajetória pelos vestígios deixados, a fim de favorecer uma reflexão sobre a educação no município e seus reflexos na atualidade, concordando ainda com o pensamento de Nôvoa (2009), ao afirmar que “em educação, a história não tem lições para dar, mas tem certamente, matéria suficiente para nos dar o que pensar”.

Lacroix (1982), ao apresentar o trabalho intitulado “Educação na Baixada Maranhense – 1822/1889” afirma que a educação formal inserida na região onde está localizado o município de Guimarães refletiu as relações de dependência social e econômica existentes e, ao mesmo tempo, produziu um complexo de regras que contribuiu para a manutenção do sistema vigente, situação que foi sendo consolidada em muitas regiões do País e remontam à colonização.

Nesse sentido, percebemos que as transformações ocorridas desde a colonização, sob o pretexto da civilização e, mais recente, da modernidade, fazem com que saberes, costumes e

modos de convívio sejam modificados e em consequência modifiquem também os sujeitos naquilo que lhes é peculiar. A sua própria identidade, assim como a identidade do grupo e os sentimentos de pertencimento que garantem essa identidade como as ideias, a cultura, a religião e os costumes, dentre outros, são questões importantes para a compreensão do papel que a educação formal desempenha nas sociedades.

De acordo com Rodrigues (1995), não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua prática e o professor profissional não é o único praticante. Assim, pensamos que a educação não formal foi durante muito tempo a única utilizada em Guimarães.

O ensino escolarizado era ministrado na sede do município e em alguns povoados por professores de primeiras letras, onde se destaca a figura de Maria Firmina dos Reis (1825-1917), que lecionava para meninas, e durante muitos anos exerceu a função docente no município.

Sobre a Professora Régia de Primeiras Letras, Maria Firmina dos Reis, faz-se necessário destacar as suas atividades literárias pelas obras Úrsula e Gupeva (romances), Cantos a Beira Mar (poesia) e a Escrava (conto). A ludovicense Maria Firmina, por meio de concurso público, assumiu a cadeira de Instrução Primária na Vila de Guimarães, onde lecionava para meninas e também se ocupava da instrução dos filhos das famílias abastadas em diversas localidades do município sem, contudo, desligar-se das questões que envolviam o seu cotidiano e a sua condição de mulher professora negra, como bem retratam os seus escritos. Em homenagem à memória desta mulher, no dia 11 de outubro, data de seu nascimento, comemora-se o dia da mulher Vimarense. Maria Firmina dos Reis também dá nome a uma Escola Municipal no povoado de Maçaricó.

Com o advento da República, foi inaugurado um período de transformações no Brasil, onde a nova ordem social, política e econômica buscava atender ao projeto de modernização e, nesse contexto, a educação passou a ser destaque preferencial do Estado.

Mesmo com o aumento da demanda social educacional atingindo as camadas mais baixas da população, não houve a inserção de um quantitativo considerável de mulheres nas instituições de ensino, pois a escola era privilégio da elite. Além destes fatores provenientes

da estrutura social vigente, ficou evidente a discriminação sexual, visto que neste momento surgiram as primeiras vagas para mulheres no magistério primário, já que os meninos deveriam ser ensinados pelos mestres e as meninas pelas mestras.

A essa situação somaram-se outros tantos obstáculos, sobretudo nas vilas, pois, além da falta de estrutura e de questões de ordem financeira, havia o despreparo dos professores e das professoras que em muitas localidades do País eram admitidos sem a obrigatoriedade da comprovação da instrução necessária ao exercício da profissão. Campos (2002) afirma que “esses mestres legaram aos professores atuais o desprestígio da profissão, assim como uma tradição de má remuneração conjugada com a não preparação e inclinação para a improvisação”.

Contudo, registramos neste trabalho a contribuição das professoras leigas, presenças ativas na sede e nos povoados de Guimarães, ocasião em que recorremos a Le Goff (2003) que explicita: “os silêncios da História são reveladores de mecanismos de manipulação da memória. O esquecimento e a ausência de investigações chamam a atenção para a necessidade de sua desmistificação, sob o risco de perdas irreparáveis da memória histórica”.

Apesar da ausência de registros, a memória de alguns vimarenses guarda sinais relevantes do ensino leigo em Guimarães, a partir dos anos 1930, ou seja, o período que antecede a chegada das missionárias, por meio dos professores Osório e Edson Anchieta que mantinham uma conceituada escola na sede do município, a qual data do início dos anos 1920 até meados dos anos 1950, assim como as professoras Dionísia Coração (D. Dudu), conhecida pelo rigor e pela disciplina, tendo conquistado a preferência de muitos pais; Juliana Cunha (D. Julica), que ministrava aulas em sedes de fazendas e povoados, Liliosa Cantanhede, Ermicia Santos e as irmãs Alice, Altiva e Almerinda Gomes, estas últimas ocupavam-se também da catequese de crianças e adultos, além de aulas de artes e canto.

Destacamos igualmente, a contribuição das professoras leigas Raimunda Moreira Rodrigues, Sabina e Zélia Soares e Isabel da Silva Braga, entre outras, que em povoados como Boa Esperança, Gepuba, Recanto e Prata, improvisavam em suas casas pequenas salas de aula onde alfabetizavam crianças e adultos. A prevalência dessas escolas, caracterizadas como “Escolas Isoladas,” estendeu-se por longos anos em Guimarães, seguindo também uma tendência comum na realidade brasileira, conforme apontam alguns estudiosos.

[...] produzia-se a representação da “escola isolada,” aquela que funcionava na casa dos professores e em outros ambientes poucos adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade, como sendo um obstáculo quase que intransponível à realização da tarefa educativa e salvacionista republicana, materializada na educação primária (FARIA FILHO, 2003, p. 30).

Essa concepção de educação passou a ser alterada no período Republicano (1889-1930), que marca a historiografia da educação como o início da tentativa de consolidação da educação pública, por defender a emergência de um novo modelo de escola que atendesse os propósitos da construção de uma nação disciplinada e produtiva. Nesse sentido, a proposta dos Grupos Escolares naquele momento representou uma inovação no campo educacional por suas características administrativas, culturais e arquitetônicas, que visavam à implantação de uma consciência educativa coerente com as transformações em curso.

Entretanto, diferente das Escolas Isoladas, os Grupos Escolares deveriam obedecer a uma dinâmica capaz de proporcionar aos educandos, além da escolarização, novas formas de sociabilidades, o que exigiria também uma completa reestruturação da escola, visto que seus objetivos buscavam uma permanente articulação com setores da sociedade. Para tanto, seus espaços e seu funcionamento deveriam atender a tais exigências, de modo que,

Os defensores da escola e de sua importância, no processo de civilização do povo, tiveram de lentamente, apropriar, remodelar, recusar tempos e espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios e tradicionais de educação. Mas não apenas isso, a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social (FARIA FILHO, 2003, p. 136).

No Maranhão, os ares dessa renovação pouco alteraram o cenário educacional dominado por inúmeros obstáculos, entre os quais as estruturas de poder, nomeadamente o poder político. E apesar de esse Estado ter sido um dos pioneiros na implantação de Grupos Escolares (1903), isto não significou avanços no ensino primário, tendo em vista que “a principal causa das deficiências e da desqualificação do ensino primário no Estado era, sem dúvida, o descompromisso do poder público com a questão da educação”(SALDANHA, 2008, p. 143).

Assim,

Nas primeiras décadas republicanas foram feitas algumas tentativas de reorganização do ensino público no Estado do Maranhão, cujos resultados ficaram a desejar, segundo apontam as próprias críticas contidas nos relatórios oficiais da Instrução Pública e nos jornais da época. Essas medidas estavam em sintonia com a ideologia republicana que a instrução era o remédio para o progresso e modernização do país, especialmente no combate ao analfabetismo (ABRANTES, 2012, p. 142).

Os Grupos Escolares caracterizaram-se pelo ensino seriado e aprendizado por meio dos sentidos e o método intuitivo era a base da proposta que previa também espaços e materiais adequados, além de docentes qualificados. No entanto, estes objetivos não foram plenamente atendidos no Maranhão, sobretudo no que determinava o Regulamento da Instrução Pública, de 22 de junho de 1890, que trata do provimento no ensino primário.

É que,

Nas escolas maranhenses, o ensino intuitivo era defendido principalmente pelos políticos, que sempre discursavam em prol da instalação da nova metodologia de aprendizagem. Além disso, criavam leis e decretos para determinar o uso do método nas Escolas Públicas Primárias do Estado. Alexandre Collares Moreira Júnior, por exemplo, no ano em que determinou a criação dos Grupos Escolares na Capital do Maranhão, ressaltava que o Estado passava por inúmeros problemas de ensino e que essa realidade se dava, principalmente, em função do método utilizado e da má formação dos professores (SILVA, 2011, p. 69).

Em Guimarães, estes sinais de modernidade surgiram, inicialmente, por meio dos discursos políticos, visto que a sua materialização ocorreu de modo bem diferente. O primeiro Grupo Escolar, por exemplo, foi inaugurado no ano de 1946, na zona rural do município, no povoado Prata. O Grupo Escolar Mateus Avelar foi instalado no primeiro prédio público construído na localidade; tal feito foi possível pela ação reivindicatória de Soriano Coêlho Leite à então Prefeita, Maria Izabel Gomes Leite, sua filha. Lembrando que o povoado de Prata era o mais próximo das Fazendas Aurora e Gameleira de propriedade do Sr. Soriano e próximo ao povoado Encontro, sede de seu Comércio de Secos e Molhados, portanto dentro de sua área de domínio político e econômico.

Os altos custos exigidos para a construção e manutenção de prédios adequados, tal como previsto na proposta dos Grupos Escolares, pode ter sido uma das razões para a não concretização das mudanças no campo educativo, como observado em Guimarães, que esperou um longo período para inaugurar na sede do município o Grupo Escolar Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, que, diferente do Mateus Avelar, contava com elementos da cultura escolar mais definidos.

Dessa maneira,

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos, normas e práticas coordenadoras de finalidades que podem variar segundo as épocas, finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização (JULIÁ, 2001, p. 10-11).

A partir dos anos 1950, outros Grupos Escolares foram inaugurados em alguns povoados: Grupo Escolar Nossa Senhora da Vitória (Genipaúba), Grupo Escolar Nossa Senhora de Guadalupe (Cumã), Grupo Escolar Maria Firmina dos Reis (Maçaricó) e Grupo Escolar Nossa Senhora da Conceição (Carapirá). As Escolas de Ensino Infantil foram construídas apenas na sede nos anos 1950, a exemplo, o Jardim de Infância São José.

Já o ensino profissionalizante para pessoas do sexo masculino esteve a cargo do Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, nas primeiras décadas do século XX, tendo suas atividades encerradas no final dos anos 1950 por falta de recursos do setor público. Quanto ao Ginásio e o Curso Normal, tiveram início no ano de 1957 com a inauguração da Escola Nossa Senhora da Assunção, cujo surgimento foi motivado pela ausência de uma instituição de ensino capaz de garantir a formação de professores no município de Guimarães e em municípios circunvizinhos, até a data de sua fundação. Essa formação, antes, era possível somente em São Luís. Foi então, por iniciativa da Igreja Católica que a Missão canadense chegou para realizar diversas atividades no município, conforme discorreremos no próximo capítulo.

II Capítulo



*A Ação Missionária Educacional das
Irmãs da Assunção da Santa Virgem em
Guimarães*

3 A AÇÃO MISSIONÁRIA EDUCACIONAL DAS IRMÃS DA ASSUNÇÃO DA SANTA VIRGEM EM GUIMARÃES

Para compreendermos a importância da ação missionária e educacional da Ordem Religiosa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães, consideramos pertinente colocar em relevo a origem e expansão deste instituto religioso feminino, evidenciando os motivos que favoreceram sua vinda para o Brasil, especificamente para Guimarães. Igualmente destacamos neste capítulo as ações que revelam o protagonismo da missão educacional das Irmãs, a repercussão de suas atividades neste município, seu posicionamento religioso, social e político em um período de profundas transformações na Igreja Católica e no País.

3.1 A Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem

A Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem surgiu na Paróquia de Saint Gregoire Magno, na atual Diocese de Nicolet – Canadá, no ano de 1853, tendo como fundador, o então Pároco Jean Harper, canadense, filho de um escocês e de uma canadense.

Tendo realizado seus estudos clássicos no Seminário de Quebec, ao assumir as atividades paroquiais percebeu a necessidade de atendimento às demandas educacionais advindas da comunidade de Saint Gregoire e manifestou especial interesse pela educação de meninas da localidade. Assim, passou a buscar meios na comunidade local, na Superintendência de Instrução Pública, solicitando ajuda também às Autoridades Eclesiais para a concretização de tal objetivo, como atesta sua solicitação enviada em 12 de maio de 1849 ao então Arcebispo de Québec, Dom José Signay:

Desejando ter religiosas para a instrução das moças da paróquia, meus paroquianos tomaram as medidas necessárias para a aquisição de um quinhão de terras de oito hectares de área, contíguo ao terreno da igreja, com casa de pedra de dois andares, com 55 pés de frente e 45 de fundo; com as reformas e melhoramentos que poderíamos fazer neste imóvel no curso de um ano ou dois, o prédio estaria bem apropriado, penso eu, à finalidade a que se destina; todavia, antes de adquirir esta bela propriedade, suplico a V. Excia. Revma, queira dizer-me se autorizaria o estabelecimento na Paróquia de São Gregório de duas ou três Irmãs da Congregação das Ursulinas para instrução das moças, porque o projeto deverá necessariamente ser arquivado se V. Excia. Não o aprovar. (CANTIN, 2011, p. 89)

Esse período coincide com a eclosão de conflitos políticos e agrários em Saint Gregoire, de modo que a configuração social passa a ser alterada, sobretudo com a chegada de

famílias irlandesas expulsas do país de origem, em razão de conflitos religiosos e do descaso do Governo canadense no tocante às questões sociais ora intensificadas.

Nesse contexto, a situação educacional ia sendo cada vez mais negligenciada, fato que justificava o posicionamento incisivo do Pároco João Harper quanto à abertura de uma escola. Porém os obstáculos para o seu funcionamento surgem na mesma medida dos problemas locais e, apesar das simpáticas manifestações de apreço ao pleito, nem mesmo as autoridades eclesiás aceitavam contribuir de imediato com o projeto, como podemos observar na carta-resposta do Arcebispo ao Pároco Jean Harper:

Só posso estar edificado com o zelo de seus paroquianos e contente com sua boa vontade em colaborar nas despesas de uma instituição tão interessante para a instrução das moças das famílias de São Gregório que seria confiada a Irmãs da Congregação, estou por demais atarefado para responder mais detalhadamente à sua carta de 12 do corrente e para fazer algumas observações naturalmente exigidas pelo projeto em pauta. Mas sempre verei com interesse para a religião sua fundação como a de Yamachiche, as de Sta. Ana de Pérade, de Sta. Cruz e as demais. Mas não se omita em chamar cedo a comunidade de Montreal que parece favorável a todos estes empreendimentos e que, informada do que penso do seu, lhe dará respostas animadoras (CANTIN, 2011, p. 112).

Entretanto, mesmo enfrentando dificuldades, o Pároco seguia firme com o propósito de fundar a escola para as moças de Saint Gregoire e conseguiu, com o apoio da comunidade, a aquisição do imóvel que mais tarde passou a denominar-se Casa de Desforges e sede da Congregação. Nesse interim, a busca por religiosas para dar efetividade às ações educativas continuava, várias Congregações foram consultadas, a última delas, a Congregação de Notre Dame, embora mostrasse, por meio de sua Superiora, entusiasmo para a empreitada, restringiu-se a promessas futuras.

Mesmo sem lograr êxito, a esperança do Pároco fundamentava-se também no fato de que,

Outrora, constatou-se que, nas cidades de Quebec e Montreal, a presença de comunidades religiosas femininas contribuiu para que as moças adquirissem uma instrução mais avançada que a da maior parte dos rapazes. E agora com os seminários, o movimento contrário parecia se estabelecer. Eis porque os padres das diferentes paróquias da costa norte e da costa sul do rio começaram a suplicar às religiosas da Congregação de Notre-Dame de Montreal que viessem a se encarregar da educação feminina nas suas respectivas paróquias (CANTIN, 2011, p. 157).

Depois de reiteradas negativas das Congregações em assumir as atividades educativas, a alternativa encontrada foi a fundação de uma Congregação local, ideia que de

imediato teve a adesão de quatro jovens da comunidade: Léocadie Bourgeois (22 anos), Mathilde Léduc (20 anos), Hedwidge Buisson (16 anos) e Julie Héon (21 anos).

No entanto, outros problemas foram surgindo, dentre eles, a recusa das famílias das jovens que se opuseram à opção destas, em virtude da ausência de uma Superiora na orientação e preparação para a vida religiosa e para as atividades educativas. Além disso, havia também outros impedimentos, como, por exemplo, a obtenção do registro da Ordem no Conselho da Arquidiocese, o tempo de confirmação vocacional das postulantes e a autorização de funcionamento da escola por parte das autoridades da Instrução Pública local.

Mas, finalmente, no dia 08 de setembro do ano de 1853, data em que se comemora a Natividade de Maria, foi fundada a Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem, que, nos anos seguintes, passou a contar com um número cada vez maior de Irmãs professas e postulantes.

Além da casa em Saint Gregoire, a Congregação passou a dirigir o convento de La Baie-du-Febvre em Nicolet; ambas as casas abrigavam um grande número de internas de diferentes partes do Canadá e também de Massachusetts e New-Hamshire - Estados Unidos.

Em 1872, a Congregação foi transferida para Nicolet onde começou a expansão das atividades educativas: primeiro, nas províncias do oeste canadense, voltadas particularmente para o ensino das crianças da povoação ameríndia e em seguida para diversos países do mundo. Em 1934, iniciaram suas atividades educacionais no Japão, onde fundaram escolas e permanecem até os dias atuais.

Em 1956, chegaram ao Brasil, e o primeiro destino foi o Maranhão, mais especificamente o município de Guimarães – conforme detalharemos a seguir, depois os municípios de Alcântara, Viana, São Luís e Chapadinha. No início dos anos 1980, fundaram casas e escolas em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Ceará, e “a atividade educativa das Irmãs da Assunção da Santa Virgem- IASV, adaptou-se às necessidades da população em cada localidade e ao quadro das orientações pastorais da Igreja no Brasil”. (DESROCHERS, 2010, p. 14).

No final dos anos 1960, a Congregação chegou à África e inaugurou uma escola secundária para moças em Abdijan, na Costa do Marfim, e outra em Mugera no Burundi,

passando a prestar atendimento também, nos serviços ambulatoriais desta localidade. No início dos anos 1970, começou a atuar no Equador, na Bolívia e nos Estados Unidos.

No Canadá, a expansão seguiu por meio da fundação de escolas em Drummondville, Abitibi, Amós e Saint Leonard D'Aston. Em Nicolet, criaram o curso comercial bilíngüe para mulheres, especialmente as franco americanas, para fins de ingresso no mercado de trabalho, e fundaram um Colégio clássico, filiado à Universidade de Laval de Quebec e à Escola Superior de Música que atualmente oferece o Mestrado em Música.

Após amplo processo de reestruturação, a Congregação conta atualmente com as seguintes Províncias: 04 em Quebec, 01 Província em Ontário, 01 em Alberta, 01 nos Estados Unidos, 01 no Japão e ainda, 01 região Missionária no Brasil, 01 Centro missionário no Equador e 01 Setor Interprovincial em Nicolet.

A Congregação ocupa-se, prioritariamente, desde a sua fundação, da educação, especialmente da educação de mulheres em variados contextos, por meio do ensino formal, do ensino da música, das artes, e da evangelização.

3.2 A vinda da Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem para Guimarães

Com a consolidação do regime republicano brasileiro, as transformações em diversos setores da sociedade passaram a ser cada vez mais visíveis. Neste sentido, destacamos a laicização do Estado brasileiro, e, a partir de então, a religião Católica perde a condição de religião oficial do País, passando a Igreja Católica a coexistir com outras denominações religiosas. Uma das consequências destas transformações foi o caráter laico assumido pelo setor educacional.

Para Dallabrida (2005), com a supressão do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja Católica articulou-se para formar e consolidar uma rede de escolas católicas, como parte integrante de seu processo de reestruturação frente à nova configuração social. E na transição do século XIX para o século XX, portanto na efervescência da instauração da República no Brasil, foram fixadas novas diretrizes para o catolicismo na América Latina, com base nas orientações do Concílio Vaticano I, que impulsionaram as novas decisões delineadas no Brasil. Augustín Wernet (1991a) afirma que as determinações decorrentes dessa Conferência resultaram no documento intitulado *Decreta Concilii Plenari Americae Latianae*,

de 1899, em que a missão educacional está evidenciada no Título 9º, que trata das escolas primárias, secundárias e universitárias católicas.

Assim, em diferentes momentos, vemos que a Igreja Católica vem sendo redimensionada, cada vez mais, no sentido de atender às demandas produzidas pelas transformações operadas nos dinâmicos cenários da sociedade, tomando como exemplo as determinações produzidas em períodos cruciais que evidenciam o posicionamento desta Igreja acerca das mais variadas problemáticas, dentre elas, a educacional.

Convém recordar ainda que, desde 1959, a Igreja Católica estavam em preparação para o Concílio Vaticano II⁴ e, de acordo com Nunes (2006),

No Brasil, este clima pré-conciliar também se refletiu na relação das correntes tradicional e progressista da Igreja Católica. Assim, no final da década de 50, os brasileiros já haviam testemunhado a reorganização da Ação Católica Brasileira, em 1950, que defendia a conciliação de posições políticas com a evangelização e o apostolado; a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, por dom Hélder Câmara (1909-1999), cuja atuação no nordeste, por meio da educação radiofônica, ensejou a formação do Movimento de Educação de Base (MEB); bem como a continuidade da atuação de membros do Centro Dom Vital, expressão da inteligência católica do Brasil. (NUNES, 2006, p. 126).

O Concílio Vaticano II provocou significativas repercussões, tendo em vista sua proposta de um novo modelo de Igreja mais participativo, com maior atuação dos leigos, a criação do Sínodo dos Bispos, o ecumenismo e o “despertar das Igrejas do Terceiro Mundo”, diante do reconhecimento da pluralidade das Igrejas particulares e do caráter multicultural do cristianismo (MATOS, 1997, p. 343).

No tocante à educação, destacamos a Declaração “*Gravíssimum Educationis*”, sobre a educação cristã, que tem o objetivo de “emitir alguns princípios fundamentais da educação cristã” (COMPÊNDIO..., 1968, p. 19) e trata de temas como: o direito universal à educação e sua noção; a educação cristã; os responsáveis pela educação; os diversos subsídios da educação cristã; a importância da escola; deveres e direitos dos pais; educação moral e religiosa em todas as escolas; escolas católicas; diversos tipos de escolas católicas; as faculdades e universidades católicas, faculdades de Ciências Sagradas e associações interescolares.

⁴ Concílio Ecumênico que tinha também como objetivo preparar a unidade cristã. Aberto em 1962, pelo papa João XXIII (1958-1963), foi encerrado em 1965, pelo papa Paulo VI (1963-1978). Tornou-se comum a expressão “igreja pós-conciliar”, para traduzir a dimensão das repercussões deste Concílio na Igreja Católica.

O sagrado Concílio Ecumênico considerou atentamente a extrema importância da educação na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo. [...] Por isso em toda parte se fazem esforços para promover cada vez mais a educação; declaram-se e registram-se em documentos públicos os direitos fundamentais dos homens, e, em particular dos filhos e dos pais, quanto à educação (GRAVISSIMUM EDUCATIONIS, 2007 p.323).

Desse modo, sobressaem as iniciativas em relação à educação, empreendidas pela Igreja Católica, concomitantemente às ações governamentais para esta área social, pois as pesquisas no campo história da educação vêm mostrando a contribuição das instituições educacionais católicas, nas diferentes regiões do País. No entanto, a apresentação desse legado também enfatiza algumas singularidades presentes nas estratégias didáticas, utilizadas nessas instituições, onde percebemos a naturalização da hierarquia e intencionalidades de disciplinarização.

Para Foucault (2000), a educação funciona como um conjunto de dispositivos e estratégias capazes de subjetivar, ou seja, constituir/fabricar os sujeitos, embora as tecnologias de poder não sejam restritas apenas ao ambiente escolar, mas também às demais instituições que visam à formação disciplinada, como penitenciárias e a própria família.

Nesse sentido, a educação oferecida pelas instituições católicas também pode ter contribuído para a assimilação, por exemplo, de uma disciplina condizente com uma sociedade civilizada, vez que as Reformas educacionais ao longo dos anos, trazem no seu bojo a proposta de desenvolvimento sócioeconômico do país, tendo a educação como instrumento de produção de sujeitos, aptos a participarem da vida em sociedade. Isso significa também a capacidade individual e coletiva de inserção nos processos de produção e consumo do conjunto de bens e serviços disponíveis, o que, em última instância significa a cidadania compreendida no contexto atual.

Além dessas questões, destacamos as articulações históricas existentes entre a educação de mulheres e a religião católica no Brasil, tendo em vista que, para a Igreja Católica, a educação feminina não poderia ser concebida fora de uma formação cristã que corresponda ao pudor, modéstia e às virtudes. Portanto, os espaços sociais, a Igreja ou a escola confessional, cujos desenhos institucionais baseiam-se no poder masculino, naturalmente acomodavam a figura feminina em condições de obediência e subordinação, sob o pretexto da guarda e do zelo de moças desvalidas, vocacionadas ou mesmo as filhas das classes abastadas, conforme discorreremos no último capítulo.

Considerando, pois, esse contexto de significativas mudanças, o Bispo da Diocese de Pinheiro, Dom Afonso Maria Ungarelli, ciente da necessidade de missionários para as obras sacerdotais e sociais, agravada naquela ocasião com a transferência do Pároco de Guimarães, Pe. Luís Zecchinato para a Itália, estabeleceu contato com o Delegado Apostólico no Canadá, Dom Giovani Panico, que solicitou ao Bispo de Nicolet, Dom Alberto Martin, a presença de alguns padres de sua Diocese para os serviços na Prelazia de Pinheiro, circunscrição que abrange paróquias de diversos municípios, entre os quais, Guimarães.

Semelhante solicitação também foi feita à Superiora Geral das Irmãs da Assunção da Santa Virgem, Madre Irene que aceitou partilhar a missão no Brasil e assim chegaram inicialmente os missionários, conforme registrado por Oliveira (2003):

Agosto de 1955, chegada da missão Canadense no Maranhão [...] a bordo de um avião monomotor, do Táxi Aéreo Aliança, cuja missão pertencente à Diocese de Nicolet, Canadá, chega em boa hora para desenvolver um prodigioso trabalho religioso e educacional na urbe vimarensse. Padre João Caya, o chefe do grupo, acompanhado de mais dois missionários (Jorge Emílio Picard e Omero Proulx), substituiu o Pe. Luis Zechinato, que retorna à Itália (OLIVEIRA, 2003, p. 165).

No ano seguinte (1956), chegaram as Irmãs da Assunção: Maria Assunta (Thérèse Del Guídice), Noel Chabanel (Jeannine Boisvert), Maria Tereza (Thérèse Fleury) e Teresinha (Léola Brisson), que, a exemplo das pioneiras em Saint Gregoire, ocuparam-se dos serviços educacionais, conforme correspondência do Bispo à Superiora Geral da Ordem, datada de 06 de fevereiro de 1956, a saber:

[...] Eu acabo de receber a maravilhosa notícia de que no próximo mês de agosto suas filhas virão abrir uma casa em Guimarães. [...] A terra onde a senhora enviará suas filhas é pobre e haverá muitos sacrifícios a serem feitos, mas o Bom Deus é suficientemente rico para recompensar magnificamente vossa generosidade. A Santíssima Virgem saberá sustentar suas filhas, a ela particularmente consagradas. Eu alimento a esperança, Reverenda Madre, que logo a Paróquia de Alcântara se beneficiará, ela também, do apostolado indispensável de religiosas dedicadas à educação da juventude. Eu vos abençoô de todo coração, vossa pessoa, vosso Conselho e vossa família religiosa.(Arquivo IASV, 1956).

A partir de então, as Irmãs da Assunção da Santa Virgem passaram a desenvolver suas atividades missionárias e educacionais, contribuindo sobremaneira para com a população vimarensse, em especial, as mulheres.

3.3 As ações das Irmãs da Assunção da Santa Virgem em Guimarães

A presença das Irmãs da Assunção em Guimarães foi especialmente marcada pela obra educacional. Elas assumiram a escola primária já existente e criaram um Jardim de

Infância com o auxílio das religiosas da mesma Congregação, que posteriormente se juntaram a elas.

A ação educacional se consolidou com a inauguração da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção em 15 de março de 1957, mas não ficou restrita a ela, embora seja a mais conhecida, talvez por ter sido aquela que iniciou o ensino formal em nível secundário com a perspectiva da profissionalização de pessoas, por meio do Magistério. Mas o ardor missionário e a determinação levaram essas religiosas a abrirem novas frentes de atuação.

No ano de 1961, tiveram inicio as atividades de formação de líderes na Escola da Fé, espaço criado para preparar catequistas que iriam atuar nos povoados, preferencialmente em suas comunidades de origem. Esta instituição era dirigida pela Irmã Gertrudes Dumouchel, que participou ativamente da organização desta escola, indo a São Paulo e ao Rio de Janeiro, a fim de conhecer as experiências de outras comunidades católicas no que se refere à formação dos leigos.

A Escola da Fé funcionava em regime de internato para homens e mulheres em idades entre dezoito e trinta anos, e com alguma vinculação a atividades pastorais em seus povoados de origem e noções de leitura e escrita, pessoas casadas ou solteiras eram admitidas. O Programa de Ensino era composto das disciplinas: Língua Portuguesa, Pedagogia Religiosa, Catequese Doutrinal e atividades complementares, como cursos de primeiros socorros, culinária, artesanato, canto, teatro, corte e costura, iniciação ao cooperativismo e agricultura, puericultura, além da formação litúrgica.

Conforme relata a seguir,

A maior parte dos alunos da Escola da Fé são provenientes do interior. Eles se adaptam bem à vida do internato. Em uma casa próxima à Escola Paroquial São José, são alojados os rapazes sob a responsabilidade do Pe. João Caya, as moças sob a responsabilidade da Irmã Gertrudes, estas dividem-se em grandes quartos na sede da própria Escola, ao término do curso, as alunas e os alunos recebem um mandato oficial e enviados em missão, os egressos são devidamente acompanhados pelas religiosas que visitam as comunidades regularmente (DESROCHES, 2010, p. 56).

Outra iniciativa das Irmãs da Assunção foi a criação do Centro de Promoção Feminina no ano de 1966, dirigido pela Irmã Rita Larochelle, também conhecido com Centro Familiar, que iniciou suas atividades com 60 mulheres, entre moças do internato e mulheres da comunidade que aprendiam pintura em tecido, corte e costura, bordado e arte culinária.

No ano seguinte, em consonância com os objetivos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as atividades expandiram-se pelos povoados, onde eram ofertados cursos, e assim novas unidades do Centro Familiar foram surgindo, totalizando 11 Centros em 11 povoados.

Para Nunes (2004), a literatura teológica sobre as Comunidades Eclesiais de Base silenciou quase de forma absoluta o fato de as CEBs terem sido, no limite, comunidades de mulheres. Desde o início da criação das comunidades, mulheres leigas e religiosas foram peças-chave na efetivação da nova estratégia pastoral da Igreja, situação que favoreceu novas formas de organização e desenvolvimento social das mulheres.

A partir do ano de 1973, a Irmã Lucile Roy, de nacionalidade americana, assumiu as atividades em substituição à Irmã Rita que, naquele ano, iniciou, juntamente com suas companheiras, os preparativos para a fundação da Casa de Oração Oásis, aberta no ano de 1975 na capital, São Luís. Tais acontecimentos marcaram a despedida das Irmãs, que, no ano de 1976, deixaram definitivamente Guimarães.

Naquela ocasião, os Centros foram confiados às moradoras dos povoados, que a essa época já contribuíam para a renda familiar com a confecção de roupas e peças de artesanato e encontravam-se preparadas para continuar as atividades, transmitindo conhecimentos às outras mulheres sem a presença das Irmãs. Esta obra significou uma nova alternativa para muitas mulheres, principalmente para aquelas das áreas rurais que desempenhavam o trabalho na agricultura, profundamente marcado pelas condições de precariedade.

Cabe ressaltar a ação das religiosas junto às mulheres do meio popular, que por meio dos cursos passaram a ter uma compreensão mais ampla do mundo e de seu valor; o ensino de atividades produtivas e a alfabetização mediatisaram a construção dessa nova consciência.

Dessa maneira, podemos afirmar que a continuidade e o sucesso das atividades desenvolvidas nos Centros por longos anos revelam muito mais que o processo de renovação das práticas pastorais, em setores da Igreja, ao introduzirem atividades, antes pouco utilizadas, particularmente a inserção e valorização do leigo no movimento pastoral, que evidencia, de modo especial, o protagonismo de mulheres como sujeitos sociais de ação.

Os Centros tornaram-se, portanto, polos de serviços educacionais, sociais, religiosos e de saúde, abrigando os programas de alfabetização de adultos, campanhas de vacinação

infantil e palestras sobre a prevenção de doenças, preparação para o batismo e outros sacramentos, reuniões sindicais e eventos comunitários diversos, pois as mulheres seguiram estudando e aperfeiçoando-se para o exercício das atividades demandadas. Tornaram-se, então, professoras, agentes de saúde, parteiras, costureiras e bordadeiras, influenciando diretamente no cotidiano desses povoados, atuando, informando e auxiliando a vida dos comunitários.

Outro aspecto relevante foi a efetiva participação das mulheres leigas nas atividades litúrgicas, ministrando a Palavra e a Eucaristia, já que o número de Padres era insuficiente para atender regularmente a todas as comunidades. A função de animador e/ou coordenador comunitário era geralmente exercido pelas mulheres egressas dos cursos ofertados pelas religiosas na Escola da Fé, embora houvessem homens exercendo essas funções, porém em menor número.

Importa salientar a dinâmica de trabalho das religiosas nos povoados, que consistia na permanência destas, no período de quinta à segunda-feira de cada semana, onde eram hospedadas alternadamente pelos moradores, ocasião em que elas aproveitavam para observar o cotidiano das pessoas e até dele participar, para, a partir daí, redimensionar as ações, distribuindo tarefas conforme as aptidões e necessidades. Neles destacamos a presença das Irmãs Cécile Rousseau, Juliette Filiatral, Françoise Gratton, além das Irmãs Lucille e Rita.

Desse modo, as religiosas e as mulheres leigas puderam vivenciar uma experiência fundamental para o processo de autonomia e engajamento social que foi se consolidando à revelia dos valores patriarcais, vigentes naquele contexto, e também dos religiosos masculinos que compunham a Missão canadense, mas não mantinham contato estreito com essas comunidades, como, por exemplo, as Irmãs da Assunção, cujas ações limitavam-se às celebrações ocasionais, a exceção era o Pe. Vítor Asselin, incansável defensor dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O que é corroborado na seguinte citação:

As comunidades religiosas masculinas em meios pobres são pouco numerosas. Os homens, engajados diretamente na instituição católica, realizam o trabalho de formação e acompanhamento das CEBs enquanto bispos ou enquanto padres, isto é, com lugar e função religiosa bem definidos na instituição. Ainda que a “opção pelos pobres” tenha sido proposta como um princípio de reestruturação interna também para as comunidades religiosas masculinas, sua expressão em termos da forma de ação pastoral é muito diferente daquela que se realiza entre as congregações femininas (NUNES, 2004, p. 506).

Assim, a face expansionista da ação pedagógica da Igreja, que é também uma ação evangelizadora, configurou-se como uma ação em favor das mulheres, através do trabalho das Irmãs da Assunção, em meio à teia de acontecimentos que vinha sendo pouco a pouco elaborada no País e tinha o MEB – Movimento de Educação de Base⁵, por meio das práticas da Igreja e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - como mediadores do processo de alfabetização de pessoas, que, ao tomar o conceito de educação de base, difundido pela UNESCO, como a aquisição de um mínimo de conhecimentos (leitura, escrita, cálculos, entre outros) transformou em “formação integral do homem, para sua promoção”(MEB: 1974, Relatório Anual de 1962, In: Fávero: 1984, 2/0).

Dessa maneira, a Igreja Católica conseguia realizar convênios com o Governo Federal, numa época em que as iniciativas na área da educação popular – considerando-se o MEB como educação popular – eram estratégias de governos nomeados de esquerda, o que não era o caso do Governo Federal daquele momento histórico. As vinculações do MEB com a Igreja estavam assim definidas:

[...] um movimento de apostolado da Igreja. Não é um movimento de apostolado, enquanto apostolado dos cristãos que nele se engajaram, mas enquanto um movimento de Igreja. É um movimento de instituição da CNBB. Não é só da hierarquia, nem é um movimento de apostolado dos leigos. É um movimento da Igreja (MEB, 1982, p. 10).

Essa definição do MEB como Igreja põe em destaque que é a própria instituição eclesial a responsável direta por suas atividades. Ao mesmo tempo em que evidencia uma intencionalidade em organizar seus quadros – os leigos – configurando um novo campo católico e um novo ideário.

Em Guimarães, a experiência do MEB não representou mudanças substanciais na vida dos homens e das mulheres das áreas rurais, público alvo deste projeto, por diversas razões, entre as quais: a frequência irregular de professores em grande parte dos povoados, instalações inadequadas e outros fatores que impossibilitaram a efetivação das atividades.

Documentos posteriores ao MEB reconhecem que, embora as escolas, de uma maneira geral, apresentassem bons resultados no que se refere à alfabetização, ainda

⁵ O Movimento de Educação de Base (MEB) foi instituído oficialmente por meio de um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o governo federal de Jânio da Silva Quadros (1917-1992), em 21 de março de 1961, Decreto 50.370.

enfrentavam problemas de freqüência instável, evasão e escola desligada da vida da comunidade (MEB, 1982).

Utilizamos o MEB para fins ilustrativos do cenário educacional rural vigente no Nordeste do País, em meados do século passado, por ter sido este um dos maiores programas de alfabetização para as regiões brasileiras consideradas subdesenvolvidas como o Norte e o Nordeste, cujas repercussões pouco atingiram o município, lócus desta pesquisa. Também para favorecer uma compreensão acerca do trabalho desenvolvido pelas religiosas canadenses, que, para além da evangelização, ocuparam-se de proporcionar meios para a concretização do desenvolvimento humano em sua plenitude, a despeito de todas as limitações historicamente impostas aos sujeitos, alvos da ação. Nessa perspectiva, insere-se a atuação das religiosas canadenses frente à Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, objeto do capítulo final desta Dissertação.

III Capítulo



*Vozes e Narrativas das Ex-alunas
da Escola Normal Regional Nossa
Senhora da Assunção*

4 VOZES E NARRATIVAS DAS EX-ALUNAS DA ESCOLA NORMAL REGIONAL NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Partindo das reflexões em torno do significado de educar professoras na segunda metade do século XX e do relato da fundação da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, analisamos a relevância desta Escola para a construção das trajetórias pessoais e profissionais de suas ex-alunas, com base em suas narrativas, a fim de compreendermos as posições assumidas pela escola, a vitalidade da obra educacional Irmãs da Assunção e suas ideias no que concerne à construção de uma educação feminina e na defesa dos direitos das mulheres.

4.1 Educar professoras na segunda metade do século XX em Guimarães

A educação tem papel importante na manutenção e, também, de transformação da sociedade. Os princípios de coesão, consenso e estabilidade foram as bases da transmissão cultural; assim a reprodução de valores e crenças foi sendo legitimado sem questionamentos nas salas de aula, e os conhecimentos e as práticas escolares eram tratadas como dadas, mas essa concepção dominante vem sendo alterada pelas transformações em curso no conjunto da sociedade.

Giddens (2005) afirma que as mudanças que nos afetam são oriundas das transições históricas que estamos vivenciando mais fortemente desde os séculos XVII e XVIII e que a influência dessas mudanças na vida cotidiana é tão importante quanto aquelas operadas no nível das relações políticas e econômicas.

Nesse sentido, é válido destacar a importância do movimento feminista, como veículo de transformações sociais, ao enfatizar que as linhas do poder da sociedade estão estruturadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado, já que é notória a desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que os homens se apropriam de modo desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Tal separação estende-se também à educação de várias maneiras, principalmente pelo currículo.

Silva (1999, p.92) lembra que, assim como ocorreu com a análise da desigualdade centrada na classe social, a análise da dinâmica do gênero em educação esteve preocupada, inicialmente, com questões de acesso. Está claro, nessa análise, que o nível de educação das mulheres, em muitos países, sobretudo naqueles situados na periferia do capitalismo, era

visivelmente mais baixo que o dos homens, refletindo seu acesso desigual às instituições educacionais. Mesmo em países em que o acesso era aparentemente igualitário, havia desigualdades internas de acesso aos recursos educacionais, pois os currículos eram desigualmente divididos por gênero; algumas disciplinas eram consideradas naturalmente masculinas, enquanto outras femininas.

Logo, as instituições escolares refletiam e reproduziam os estereótipos presentes na sociedade, onde os papéis atribuídos aos homens e às mulheres foram demarcados: umas atividades apropriadas às meninas, outras aos meninos, proposição internalizada pelos professores e pelas professoras e imediatamente transformadas em expectativas quanto às atitudes próprias a cada um dos sexos.

Em face disso, a educação formal para pessoas do sexo feminino foi durante um longo período inacessível para a grande maioria, tendo em vista as percepções socialmente construídas acerca do papel do homem e da mulher. Somente a partir do século XIX, é que os ideais de igualdade de direitos começaram a perpassar os discursos nas lutas sociais e políticas, o que favoreceu a visibilidade da condição de desigualdade e submissão vivenciada pelas mulheres.

No que diz respeito à realidade brasileira, o ideal de mulher foi instituído, desde os primeiros dias da sociedade nascente, pela Igreja Católica e pelo Estado português, de modo a retratar atributos como recato, honra e submissão (NUNES, 2006). Nesse contexto, a educação formal não era prioridade; mesmo as mulheres pertencentes à elite não tiveram amplo acesso à educação escolarizada. E considerando que o destino da mulher deveria ser a administração do lar, o ensino da leitura e da escrita era complementado com o ensino de habilidades manuais, culinárias e, em alguns casos, com o ensino da música. Tal situação foi estendida por longo período, especialmente no Nordeste do País.

Desse modo,

Muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e, em geral, morreram nas fazendas de gado. Não estudaram as primeiras letras nas escolas particulares dirigidas por padres e não foram enviadas a São Luis para o curso médio, nem a Recife ou Bahia, como ocorria com os rapazes de sua categoria social. Raramente aprenderam a ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares, contratados pelos pais para ministrar aulas em casa. Muitas apenas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome. Enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia

e francês, elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matiz, a costura e a música (FALCI, 2004, p.251).

Esse quadro indica o estado de limitações enfrentado pelas mulheres as quais dependiam, por exemplo, de prepostos que, via de regra, eram do sexo masculino, a fim de representar seus interesses nas mais diversas ocasiões da vida social, que ensejava a atividade da leitura e da escrita como requisito para o acesso a negociações e informações acerca de questões como compra e venda, partilhas de herança, doações e outras situações que exigiam a prática do exercício por parte da pessoa letrada.

Contudo, apesar dos estigmas e restrições impostos por essa sociedade repressora, algumas mulheres conseguiram ainda se destacar por meio da leitura e da escrita, conforme texto abaixo:

Assim, as poucas que o souberam e se fizeram notar, urge que as conheçamos: Dionísia Gonçalves Pinto e Firmina dos Reis. Naturais do nordeste, a primeira, de alcunha Nísia Floresta Brasileira, nascida no interior do Rio Grande do Norte, em Papari, em 1810, é apontada como precursora, no Brasil, das ideias de igualdade e independência da mulher. Foi educadora e escritora muito viajada e passou muitos anos de sua vida na França, onde morreu (1810) e onde publicou três livros, sendo o mais famoso o *Conselho a minha filha*. A segunda, Maria Firmina dos Reis, foi uma escritora mulata maranhense, professora pública e autora de contos e romances. Houve ainda outras, pouco conhecidas, porque suas obras se perderam ou nunca foram publicadas (FALCI, 2004, p. 252).

Para Algranti (1993), durante o século XIX e início do século XX, várias ordens religiosas dedicadas à educação foram introduzidas no País levando tais instituições a se voltarem, em sua grande maioria, à educação feminina escolarizada. Porém, o cenário de mudanças sociais nos anos 1950 possibilitou a abertura de novos horizontes para as mulheres dos segmentos médios e dominantes, com destaque para o acesso à instrução.

Nesse período, a Igreja Católica realizava sua tarefa missionária de maneira tradicional em Guimarães, através da sacramentalização, de procissões e desobrigas. Sabemos que em algumas regiões brasileiras, as ordens religiosas femininas dedicaram-se por longos anos “à educação das meninas órfãs, com a preocupação de preservá-las da contaminação dos vícios, outras religiosas voltaram-se ao cuidado das moças sem emprego e daquelas que se desviaram do bom caminho” (LOURO, 2004, p. 446).

Porém, é importante que esses objetivos presentes nas ordens religiosas desde, a Colônia e passando pelo Império, foram alterados com maior ênfase a partir da República,

período próspero em transformações no Brasil, ocasião em que a nova ordem social, política e econômica buscava atender ao projeto de modernização do país pela educação.

No entanto, as concepções de educação para pessoas do sexo feminino baseavam-se ainda em princípios que tinham por objetivo assegurar a função social de educadoras dos filhos e esposas virtuosas, características que as credenciavam também a serem boas mestras que por certo contribuiriam para a construção da moderna nação. A “mãe cívica” preencheria, nesse sentido, as demandas do mundo moderno, pois estaria mais apta a propiciar uma educação atualizada e aprimorada aos futuros cidadãos da pátria do que a mãe tradicional, ignorante e alienada (RAGO, 2009, p.227).

Convém recordar que, no Brasil, a formação de professores, conforme Saviani (2009, p. 144), “surgiu na Lei de Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, ao determinar que o ensino nessas escolas deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, e que os professores deveriam ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais”. Esse mesmo autor apresenta os seguintes períodos na história da formação dos professores.

- 1 - Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período teve início com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas, estendendo-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
- 2 - Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial foi a reforma paulista da Escola Normal, tendo como anexo a escola-metodo.
- 3 - Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujo marco foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
- 4 - Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação das Escolas Normais (1939-1971).

No Maranhão, o surgimento da Escola Normal foi marcado pelas condições de omissão, instabilidade política e descaso pela instrução pública, como apontam os estudos de Motta e Nunes (2008), em que apresentam um panorama político e sociocultural do estado no

século XIX e o desabrochar das ações culturais em meio às tensões políticas que ocasionavam descontinuidades, tanto nas questões políticas quanto nas questões educacionais. “É só no período republicano, que surge nossa Instituição, mais precisamente, através do Decreto nº 21 de 15 de abril de 1890”. (MOTTA e NUNES, 2008, p. 300).

Percebemos que a educação não era tema relevante em uma sociedade fortemente marcada por características escravocratas, com uma elite instruída na Europa apta a dominar uma população analfabeta e em situação de indigência. Nesse cenário, o surgimento da Escola Normal foi sendo adiado, ainda que premente a necessidade de mestres em todo o estado do Maranhão, uma vez que,

As condições para o surgimento da Escola Normal no Maranhão não lhes eram favoráveis, apesar da necessidade de normalistas contida em relatórios de inspetores e, consequentemente, nas mensagens governamentais, como alude Saldanha (1992). Entretanto, o relaxamento, a incúria e a comodidade dos intelectuais e dos responsáveis pelo poder público foram as principais causas da sua tardia implantação (MOTTA e NUNES, 2008, p. 305).

As autoras destacam as iniciativas, mesmo sem o efeito esperado, do jurista e político Dr. Benedito Leite (1857-1909), sobre a cessão de bolsas de estudos para alunos (as) carentes do interior, na tentativa de disponibilizar professoras normalistas em todas as regiões do interior do Estado. Fato que foi concretizado em parte, na década de 1940, com a Escola Rosa Castro.

No bojo dessa configuração, emerge a necessidade da formação profissional docente, cuja história na realidade brasileira é marcada pela presença majoritária de mulheres, as quais, gradativamente iam ocupando a função docente, sobre esta questão, faz-se necessário uma breve retrospectiva acerca dos condicionantes que favoreceram o surgimento cada vez maior de mulheres no magistério, que cada vez menos atraía os homens, e remetem aos baixos salários e despréstígio da profissão, entre outras questões.

Assim é que, no Brasil, o ingresso da mulher no magistério configura-se como uma presença reforçadora das distinções sexuais homem-mulher, bem como um trabalho de nível de qualidade menor, se comparado ao dos mestres, em consequência do próprio processo de exclusão da mulher do saber escolar (NUNES, 2006, p.29)

No âmbito da institucionalização do ensino, evidenciamos a desigualdade salarial entre os professores e as professoras, já que o currículo limitava a instrução das meninas às prendas domésticas e às noções elementares de leitura e escrita, enquanto que aos meninos

uma instrução geral com um número maior de disciplinas, o que implicava em redução salarial às mestras, pois o salário correspondia ao número de disciplinas dadas.

Daí a importância da investigação no que se refere à coexistência de homens e mulheres nos espaços de formação docente e seus desdobramentos na cultura escolar, isto é, como homens e mulheres construíram suas identidades de gênero, quais os significados da docência para esses professores e quais os desafios enfrentados no percurso da formação, frente às relações sociais e culturais.

Existe uma narrativa convencional sobre como as masculinidades são construídas. Nessa narrativa toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres [...] a feminilidade é compreendida como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas e dos grupos de colegas (CONNEL, 1995, p.189).

Nesse contexto, a escola assume papel central, porque contribui para a construção das identidades masculinas e femininas, principalmente através da disciplina escolar que concentra as complexas relações de poder, e o gênero está embutido nos arranjos institucionais, por meio dos quais a escola se organiza e se apresenta, inclusive sendo usado como uma das formas de controle e punições, presentes simbolicamente nos padrões de autoridade, competições entre meninos e meninas, códigos de linguagem e outras formas (CONNEL, 1995).

Entretanto,

Nem todos esses símbolos e formas de funcionamento são *importados* de fora da escola, ao contrário, muitos deles são criações da própria instituição escolar, característicos dela. Nem todos são explicitamente pensados e planejados: na verdade a maioria passa ao largo como práticas usuais, tradicionais, impensadas; em suma, como aquilo que *sempre foi assim* (CARVALHO, 2003, p. 186).

Diante disso, ao tratarmos da educação feminina, tendo a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção como cenário, compreendemos que a sua história deve ser tomada numa pluralidade de sentidos, considerando o processo de transformação global e local, bem como conferir aos seus atores a condição de sujeitos históricos, tendo em vista a variedade de elementos constitutivos da sua cultura: aqueles que garantem a sua singularidade e podem ser identificados no seu projeto educativo, no currículo, nas práticas educativas, nas vozes ouvidas e também nas vozes silenciadas.

A Escola Normal Nossa Senhora da Assunção é uma parte importante da memória cultural do município de Guimarães, desde a sua fundação em 1957. Mesmo passando por inúmeras transformações, mantém características que resistem ao tempo e a consagra como um lugar de lembranças, tensões, contradições, encontros, desencontros e os demais componentes que configuraram um espaço educativo real, considerando que

A escola é espaço e lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera “fluxos energéticos” [...] todo espaço é um lugar percebido, a percepção é um processo cultural. Representações de espaços que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não apenas da disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica (ESCOLANO E VINÃO FRAGO, 2001, p.78).

Assim, além dos aspectos referentes ao funcionamento do Curso Normal, procuramos identificar nos discursos das ex-alunas quais eram as ideias circulantes acerca dos papéis masculinos e femininos naquele ambiente escolar, se havia alguma preocupação com as desigualdades nas relações entre os性os e quais os encaminhamentos assumidos pela escola, tendo em vista a complexidade das funções docentes.

No contexto dessas complexidades da função docente, destacam-se as concepções sobre o ser homem ou mulher e as singularidades atribuídas a cada um no contexto escolar permeado por valores conservadores, expressos nas práticas cotidianas, desde o controle do que se pode ou não falar e pensar, até a divisão dos espaços escolares.

As informações acerca da experiência de moças e rapazes durante os anos de formação na Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção indicam uma variedade de lembranças e sentimentos que esclarecem e confundem ao mesmo tempo. De modo geral, a memória predominante é a de um período marcante pelas novas formas de sociabilidade, a participação em atividades variadas e os laços de amizade ali estabelecidos.

Conforme Nora (1984), a memória e a história estão longe de ser sinônimos e é preciso que tomemos consciência de tudo o que as opõe. A memória é a vida, sempre produzida pelos grupos que vivem e, sob esse aspecto, está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e frequentes reutilizações. A história é a reconstrução sempre incompleta e problemática do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no presente eterno; a história, uma representação do passado.

Então, procuramos compreender como os discursos influenciaram na construção das identidades, a partir de regimes de verdade, em que se situam o processo de subjetivação, e analisamos os conhecimentos construídos e apreendidos durante a formação profissional, a partir das relações discursivas nesse processo. Para Foucault (1987, p.53), essas relações caracterizam a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.

Souza (2008, p. 45) esclarece que “a construção da narração inscreve-se na subjetividade e estrutura-se num tempo que não é linear, mas num tempo de consciência de si e das representações que o sujeito constrói de si mesmo”. A trajetória profissional da maioria dos/as entrevistados/as teve início no Jardim de Infância, no Ginásio e na própria Escola Normal, nas atividades docentes e administrativas, no início dos anos 1960.

Naquele momento, os rapazes passaram a ministrar aulas no Ginásio nas disciplinas consideradas próprias ao sexo masculino, como Matemática e Educação Física; a exceção era o professor de Língua Portuguesa, Evilton Melo, o mesmo que ensinou o idioma pátrio aos integrantes da Missão de Nicolet – os padres e as freiras quando chegaram em Guimarães.

As moças foram encaminhadas para o Jardim de Infância e o Ginásio, além de exercerem cargos na Gestão da escola, como supervisoras e coordenadoras. O entrevistado, Rubi, explicou que, mesmo tendo sido convidado para trabalhar na secretaria, não o aceitou no primeiro momento, por considerar “trabalho de mulher” e preferiu apenas dar aulas.

Além da manifestação da tradição patriarcal, presente na voz de um dos entrevistados, para a maioria, homens e mulheres, o magistério seria apenas uma ocupação transitória, um começo; tão logo pudessem, continuariam os estudos na capital e assim o fizeram. Todavia, mesmo após terem ingressado em outras ocupações e prosseguido os estudos em outras áreas, passaram a exercer o magistério, onde puderam finalmente (re)elaborar suas identidades profissionais.

Para Dubar (1997), as identidades sociais e profissionais não são expressões psicológicas de personalidades individuais nem produtos de estruturas ou de políticas econômicas que se impõem a partir de cima, mas, são construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, sistemas de trabalho e sistemas de formação.

Portanto,

É fundamental enfatizar que não se entende o sujeito *professora* como uma substância ou identidade homogênea, possuidora de uma ciência única, a qual é preciso encontrar. Estaremos lidando com a diversidade, travestida por um discurso que tende a tornar uno o que é múltiplo, dinâmico e muitas vezes incongruente. Em outras palavras, trata-se de fazer emergir a riqueza do heterogêneo, geralmente abafada pela força de um mesmo que busca se impor, especialmente por práticas discursivas apoiadas em múltiplas redes de poder (FISCHER, 2005, p. 68).

Nesse sentido, os relatos das ex-alunas e do ex-aluno podem trazer as marcas do que viveram na escola e em outros espaços de formação e das pessoas com as quais conviveram. Ao rememorar suas vivências, Rubi preferiu falar do convívio com as religiosas e com os/as colegas, das festas e datas cívicas e religiosas comemoradas na escola, e enfatizou que aquela instituição proporcionou-lh o acesso a conquistas pessoais e profissionais.

Já Turmalina, Esmeralda, Jade e Safira destacaram as oportunidades que tiveram com a obtenção do diploma de normalista, sobretudo como as alunas das primeiras turmas, pois não havia outra escola no município nem na região capaz de oferecer o ensino secundário com a formação docente. Ao mesmo tempo, enfatizaram as dificuldades para conciliarem vida pessoal e trabalho, assim como as formas precárias de contratação dessas professoras na Rede Municipal de Ensino, pois, na maioria das vezes o contrato de trabalho durava menos que o tempo de uma gestão municipal, com salários atrasados e espaços improvisados para o funcionamento das salas de aula.

E sobre o convívio da coeducação entre os/as normalistas, Turmalina afirmou:

Foi uma escola para pessoas reais e não imaginárias, quebrou muitos tabus em Guimarães, homens e mulheres sentavam, planejavam aulas juntos em uma sala sem vigilância. Namorávamos, claro que com alguns cuidados, nada demonstrativo, mas também não havia proibição. (Turmalina).

Além dessas questões, enfatizamos as dificuldades pessoais apontadas pelas mulheres, tidas como inerentes à condição feminina, visto que sua inserção no mundo do trabalho foi sempre marcada por obstáculos decorrentes das percepções sociais que incidem, também, sobre as relações trabalhistas, as quais, acentuam as desigualdades existentes entre homens e mulheres, “pois na concepção do patriarcado, as mulheres são uma dimensão a ser explorada e controlada” (Sorj, 1998, p.96).

E sobre a contribuição da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, no processo de reflexão sobre a dominação masculina, assim nos revelou Safira:

A Escola foi muito importante para a minha vida, mas ainda para nós mulheres, ali éramos desafiadas a refletir sobre nossa submissão em relação aos homens, e olha, que naquele tempo ainda nem se falava com tanta intensidade sobre os direitos das mulheres. Mas as Irmãs, principalmente a Irmã Gertrudes, que era a responsável pelo Convento, sempre tratavam esses assuntos que hoje se tornaram comuns: a saúde, os cuidados com o corpo, a prevenção, as condições de trabalho. Todas essas coisas que naquele tempo até causavam espanto. De modo que a nossa formação era abrangente, viva, nós éramos os sujeitos naquele processo e a nossa prática não foi diferente. (Safira).

Bruschini e Lombardi (1996) enfatizam que a entrada de mulheres no mundo do trabalho é também resultado das mudanças da ordem econômica, demográfica e cultural, vez que o conjunto de reestruturações econômicas, política e social que o capital vem operando trazem em si inúmeras alterações objetivas e subjetivas sustentadas por um vigoroso arcabouço político e ideológico.

Desse modo, o patriarcado é ressignificado e continua a sustentar a divisão sexual do trabalho, aqui considerado na sua dupla dimensão: trabalho produtivo, realizado pelo homem e trabalho reprodutivo realizado pela mulher. Por oportuno, destacamos que este último nada mais é senão o conjunto de atividades, sem as quais a reprodução humana e do cotidiano não estariam asseguradas (Lellis, 2008, p. 26).

Na atividade produtiva formal, a educação foi o fator propulsor para a inserção de mulheres, mas também convém registrar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres professoras, sempre submetidas a uma sobrecarga no cotidiano que lhes retira da vida um tempo que poderia ser aproveitado para a ampliação dos estudos, investimentos na carreira, no lazer e no cuidado de si.

Po outro lado o permanente processo de qualificação docente não tem sido suficiente para reverter as situações de opressão e subalternidade enfrentadas pelas profissionais que constantemente têm as suas subjetividades capturadas pelo excesso de trabalho invisível e não pago, tendo em vista que esta categoria não esgota o trabalho em seu tempo determinado e local de origem, pois muitas professoras exercem atividades em mais de uma instituição. Com isso, o excedente de trabalho profissional soma-se ao trabalho doméstico e a outras atribuições da vida privada.

Assim, reconstituir o passado acerca da formação docente neste Estado se configura como um desafio, por implicar compreender e também refletir sobre as condições de instalação e os impactos produzidos pelas experiências desenvolvidas, neste caso, pela Escola

Normal Regional Nossa Senhora da Assunção e seus reflexos na realidade atual. Ademais, contar a história de uma instituição educativa, por meio das narrativas de seus sujeitos, objetiva conferir a sua identidade cultural e educacional, estabelecida nos princípios do trabalho pedagógico desenvolvido, numa espécie de cartografia de significados e suas repercussões no itinerário histórico da cidade, bem como as alterações produzidas, as práticas e os modelos influenciando outras instituições.

4.2 A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, foi fundada no dia 15 de março de 1957 era mantida pela Associação Escolar e Beneficente “Nossa Senhora da Assunção”⁶. Sua fundação visava atender a um dos objetivos da Congregação, que era a formação de professores, tendo em vista que nesse período o município contava, majoritariamente, com leigos e leigas na força de trabalho docente. Ao lado destes motivos, sobressai-se também no imaginário social vimarensse a importância da profissão docente para as mulheres e, segundo Abrantes (2003), “o Magistério demonstrou ser uma via de expansão da escolarização feminina e de inserção no mundo do trabalho”.

Ressaltamos os esforços das Missionárias no sentido de garantir à Escola Normal as condições necessárias para o seu funcionamento, não apenas do ponto de vista material, mas também institucional. Empenharam-se em conhecer experiências realizadas acerca da formação de professores em várias localidades do país, visitando Instituições e participando de Congressos e Seminários.

Além dos encaminhamentos mencionados, elas solicitaram aos órgãos normativos da educação no Estado a autorização e o reconhecimento da Escola, dentro das normas vigentes, como comprovam alguns documentos encontrados por ocasião desta pesquisa, assim como o relato a seguir de um dos últimos integrantes da Missão canadense.

Quando cheguei ao Brasil, em Guimarães, as Irmãs já estavam organizando a Escola Normal. Acompanhei a Irmã São Romulus em uma viagem a São Paulo para um Congresso de Escolas Normais; fora isso elas viajavam sempre para conhecer as experiências aqui do Brasil, mesmo elas tendo larga vivência no Magistério, mas as condições aqui no Brasil eram outras. De modo que foi um sucesso! Atingiram o

⁶ A Associação Escolar e Beneficente “Nossa Senhora da Assunção” foi criada para gerir os recursos financeiros da Escola e era composta por Professores, Religiosas, Pais e Alunos.

objetivo e mais de cinquenta anos depois estão aí os frutos da Missão: são várias gerações, principalmente de moças, hoje mães e avós de outras professoras também. Então foi fantástico (Padre Marcelo Pépin).

A Escola teve como primeira Diretora a Professora Águida Ferreira Lima Cavaignac, que, juntamente com a Freira canadense Therèse Fleury (Irmã Maria Assunta), conduziam os destinos da Escola. No ano seguinte, a Professora Ana Maria Cavaignac, substituiu a Profª Águida, permanecendo por dois anos à frente da Instituição até que a Irmã Maria Assunta, com pleno domínio do idioma brasileiro assumiu o cargo de Diretor - Geral até o ano de 1963. Depois a Irmã São Romulus (Colette Ducharme) assumiu a direção, de 1963 a 1967, e, por fim, a Irmã Marieta (Marriete Milot), de 1967 a 1971.

Numa contribuição à memória educacional, destacamos nominalmente as Irmãs que participaram da Missão em Guimarães e os respectivos períodos em que trabalharam, conforme Quadro a seguir.

Quadro 1 – Relação Nominal das Irmãs da Assunção e Período de Trabalho

Nome Religioso	Nome Civil	Período
Noel Chabanel	Jeannine Boisvert	1956-1966
Maria Assunta	Thérèse Del Guídice	1956-1965
Maria Teresa	Thérèse Fleury	1956-1964
Teresinha	Léola Brisson	1956-1964
Rita	Rita Larochele	1957-1975
Maria Adélia	Eillen Pratt	1957-1964
Gertrudes	Gertrudes Dumouchel	1957-1963
São Venceslau	Lucille Labarre	1960-1962
Ana	Alice Thouin	1962-1964
São João	Berthe Lavoie	1963-1966
São Romulus	Colette Ducharme	1964-1967
Afonso	Yvette Raymond	1965-1966
Marieta	Marriete Milot	1965-1971

	Maria Paula Tardif	1966-1974
	Juliette Filiatraut	1967-1975
	Madeleine Paquim	1967-1971
	Thérèse Comeau	1967-1973
	Simone Gratton	1968-1969
	Cécile Rousseau	1968-1971
	Françoise Gratton	1969-1971
	Lucille Roy	1974-1975
	Anne Richter	1975-1976
	Laurence Doyon	1975-1976

Podemos observar que a mudança pós-conciliar também se operou nas comunidades religiosas, pois, a partir de 1966, elas passaram a manter o nome de batismo dentro da Congregação, momento em que a Igreja passa a respeitar as identidades numa demonstração de coerência com as suas atividades.

Vale dizer que a contribuição destas religiosas é constantemente lembrada por toda a comunidade e pelos (as) ex- alunos (as) que uma vez a cada ano, no dia 15 de agosto, dia consagrado a Nossa Senhora da Assunção, reúnem-se em Guimarães e em São Luís para celebrar a data e rememorar os momentos vividos na Escola.

Ainda sobre a fundação da Escola, após algumas diligências, foi concluído o processo de autorização do estabelecimento, conforme a Resolução nº 68/58 do Conselho Estadual de Educação – CEE, que autorizou o funcionamento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção. Um ano após a sua fundação, o Parecer nº 72/58 da Conselheira Elimar Figueiredo de Almeida e Silva apresenta a arquitetura institucional da Escola com Regimento Interno, Plano de Curso, Proposta Curricular e demais diretrizes.

Quanto à estrutura institucional, o Art. 3º do Regimento Interno do Curso Normal Regional, ao tratar da Organização, dispõe que “o Curso Normal Regional, sob regime de externato, para ambos os sexos, dará em quatro anos o curso de regentes do ensino primário,

de acordo com o Decreto – Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que expede a Lei Orgânica do Ensino Normal.” O Curso terá as seguintes disciplinas:

Quadro 2 - Grade Curricular da Escola N. R. N. Sra. da Assunção

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Português
Latim	Latim	Latim	Latim
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Geografia Geral	Noções de Anatomia e Fisiologia	História Geral	História Geral e do Brasil
História Geral	Geografia Geral	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil
Francês	História Geral	Francês	Francês
Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Inglês	Inglês
Canto Orfeônico	Francês	Ciências Naturais	Noções de Higiene
Economia Doméstica	Inglês	Desenho	Pedagogia
Educação Física	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Didática e Prática do Ensino
	Educação Física Recreação e Jogos	Fisiologia	Desenho
		Economia Doméstica	Canto Orfeônico
		Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Física, Recreação e Jogos
			Economia Doméstica

Além das disciplinas da Grade Curricular, constavam ainda atividades que objetivavam o desenvolvimento e a autonomia dos (as) alunos (as), para os (as) quais o serviço de Orientação Educacional dessa Escola dedicava especial atenção conforme as atribuições previstas no Art. 18 do seu Regimento:

- 1- Pesquisar as causas de insucessos dos alunos nos estudos;

- 2- Levar os alunos a conhecerem as profissões e a compreender os problemas do trabalho, de forma que possam preparar-se para a vida na comunidade;
- 3- Auxiliar os alunos a conhecerem as oportunidades educacionais do Estado e do País;
- 4- Auxiliar os alunos na consecução de seus objetivos educacionais;
- 5- Organizar atividades extraescolares que concorram para completar a educação dos alunos;
- 6- Colaborar no preparo das comemorações cívicas e solenidades da escola, como parte do processo educativo geral;
- 7- Realizar palestras e promover reuniões de estudo em classe, principalmente na falta de professores.

Dessa maneira, os espaços de vivências dos alunos ultrapassavam os limites da própria Escola, e a fim de cumprir o Artigo 47 da Lei Orgânica do Ensino Normal, a entidade mantenedora da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, assumiu também o Grupo Escolar denominado Escola Paroquial Primária São José, cuja atribuição foi dada pela Prelazia de Pinheiro, então mantenedora desse Grupo Escolar, conforme Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, de 18 de fevereiro de 1952, para a realização de práticas de ensino por parte dos alunos do Curso Normal.

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção era mista, porém a procura de matrícula foi maior por parte das mulheres. Assim sendo, a Primeira Turma da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção teve início no ano de 1957, composta por 22 (vinte e dois) alunos: 17 (dezessete) moças e 6 (seis) rapazes, após processo de admissão. A primeira turma (1957/1960) era composta de alunos e alunas do próprio município, e somente nos anos seguintes é que a escola passou a aceitar estudantes de outros municípios, sobretudo dos municípios pertencentes à Prelazia de Pinheiro, à qual Guimarães estava circunscrita. (Anexo II)

Com o passar dos anos, a procura foi aumentando em função da demanda gerada pelos jovens de municípios vizinhos; as moças sempre em maior número. Ao lado da docência feminina, a docência masculina contribuiu para a ampliação do quadro masculino

nas salas de aula e nos setores administrativos das escolas municipais na região da Baixada Maranhense. No caso da segunda turma (1958/1961), esta composta por 26 (vinte e seis) alunos; 19 (dezenove) mulheres e 07 (sete) homens (Anexo III).

A Escola era integrada à comunidade, fato que despertou a atenção dos moradores, pois a concepção que tinham sobre as “Escola de Freiras” era a de um lugar fechado, ainda mais uma Escola Normal, mais especificamente destinada a moças, cuja formação deveria ser prioritariamente no interior da escola.

Além disso, outros espaços iam sendo consolidados pela participação dos alunos e da comunidade, como o Teatro Guarapiranga e o Grêmio Victor Asselin, possibilitando a todos a sedimentação de uma nova cultura advinda do pensamento da missão canadense, em contraposição aos modelos de organização social vigentes no país com reflexos em Guimarães.

A fundação desta Escola significou, portanto, um importante marco para o município de Guimarães, especialmente para as mulheres, pois, anteriormente, só aquelas pertencentes às famílias abastadas tinham a possibilidade de ingressar no Curso Normal, na capital ou em outros Estados. Com o surgimento da escola, as vimarenses ganharam, além da ampliação da escolaridade, a possibilidade de inserção no mundo do trabalho formal pela profissionalização docente, tendo em vista que as profissionais recém-formadas representavam a maior força de trabalho absorvida pelo próprio empreendimento educacional criado pelas Irmãs da Assunção.

A partir do ano de 1966, em consonância com as alterações previstas nas determinações legais, a então Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção foi designada apenas “Escola Normal Nossa Senhora da Assunção”.

Cabe ressaltar que a ação educativa das Irmãs da Assunção compreendia a própria Escola Normal, a Escola Paroquial Primária e o Jardim de Infância e, embora a Escola Normal fosse mista, a presença feminina era majoritária. E sobre a importância dessa Escola, assim comentaram as ex-alunas Turmalina e Jade:

A Escola foi muito importante para o Município e para todas as pessoas, tanto para homens quanto mulheres. Agora realmente para as mulheres foi muito especial, passamos a ter um lugar de referência. (Turmalina)

Aquela escola veio ao encontro das nossas necessidades, para as mulheres foi um sonho, veio concretizar nossos desejos de liberdade e indicou novos caminhos. (Jade)

A vinculação desta Escola às orientações oficiais (leis, decretos e pareceres), que esboçavam intencionalidades políticas e ideológicas, ou seja, intervenções que refletiam no âmbito escolar diferentes modos de pensar e fazer educação, não impediu o surgimento de um modo peculiar de organização e funcionamento nessa instituição de uma matriz ideológica, que, mais tarde, foi consolidada na dimensão do Concílio Vaticano II (1962-1965), o qual colocou a pessoa humana no centro das prioridades sociais, considerando que

Todos os homens, de qualquer raça, condição e idade, por força da dignidade da pessoa, têm direito inalienável à educação [...]. A verdadeira educação, porém pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e ao mesmo tempo, ao bem da sociedade de que o homem é membro (GRAVISSIMUM EDUCATIONIS, 1997, p. 323-324).

Os documentos aqui explorados, tais como a Lei Orgânica do Ensino Normal, o Regimento Interno e a Grade Curricular e os Relatórios, assim como as memórias das ex-alunas indicam quais foram os saberes de cunho ideológico mais valorizados que deveriam integrar a formação, assim como a importância das práticas humanitárias inerentes ao saber fazer docente.

O foco do trabalho das Irmãs era a promoção humana, e à educação caberia a formação e transmissão de valores morais, religiosos e sociais, podendo conduzir as pessoas ao desenvolvimento e à reflexão sobre sua própria vida e o seu meio. Desse modo, percebemos porque o papel da escola “não se limita ao exercício das disciplinas escolares é, à imagem das finalidades correspondentes, um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados” (CHERVEL, 1990, p. 178).

Guimarães se tornou então um promissor polo educacional. A busca pela educação transformou a rotina da pequena cidade; rapazes e moças de municípios vizinhos buscaram a escola, a qual, embora tenha tido sua autorização de funcionamento sob o regime de externato, tal demanda forçou a criação de internatos para os (as) alunos (as), provenientes de outros municípios, sendo o Seminário São José destinado à clientela o sexo masculino e a Escola da Fé à do sexo feminino. Ressaltamos que o internato feminino funcionava em dois espaços distintos, o primeiro para as jovens da escola Normal, e o segundo, para as adolescentes da escola primária. No entanto, na Escola Normal, ambos os sexos dividiam a

mesma sala de aula, ou seja, a coeducação era outro componente importante naquele ambiente educativo.

Das diversas atividades ali desenvolvidas, sobressaem os ciclos de estudos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, além da criação do jornal Horizonte de Notícias, um importante veículo de denúncias sobre temas violadores da dignidade humana, como a expulsão de camponeses da terra por atos violentos de grileiros. O jornal de circulação semanal noticiava também as atividades de evangelização desenvolvidas pelas pastorais na sede e nos povoados do município, com destaque para o movimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e as atividades culturais no teatro e nas comunidades.

Como podemos perceber, a Escola era estimulada pelas religiosas a ser um permanente laboratório de práticas democráticas e igualitárias, e aí reside o mérito da educação ofertada por elas com o decisivo apoio dos padres integrantes da Missão que, mesmo dedicados a outras atividades, eram ativos colaboradores da obra educacional. Vale lembrar também que os recursos para construção, custeio e manutenção das atividades eram provenientes da Diocese de Nicolet e de mutirões, resultado das grandes mobilizações populares, como a construção da Escola e de postos de atendimento ambulatorial. Tudo isso causou profundo incômodo aos representantes do poder local, visto que antigas práticas políticas passaram a ser questionadas, pois o modelo presente nas ações legislativa e executiva baseava-se no clientelismo.

O modo de atuação das religiosas diante da situação de descaso em que o povo se encontrava coincidiu com outro grande momento histórico da Igreja Católica, que por ocasião da Assembleia dos Bispos em Medellín (Colômbia), reafirmou a decisão de participar ativamente do cotidiano popular, saindo dos grandes conventos e renunciando ao uso do hábito religioso, buscando desta forma maior identificação com o povo, como recordam suas antigas alunas:

Ao contrário da ideia sobre a rotina de alunas de escolas religiosa, nós sempre participávamos de muitas atividades fora da escola [...] nossas tarefas eram o planejamento das atividades escolares e preparação para as visitas às comunidades com as religiosas. (Safira)

Havia sempre alguma atividade; participávamos até de mutirões. A escola foi construída assim, sabia? O Posto Médico também foi assim [...] Ali nós preparávamos o lanche, as celebrações ao final de cada etapa, as apresentações teatrais no Natal, Páscoa, na Festa de São José, tudo isso saía da escola para a rua, era feito aquele trajeto pela Rua Dias Vieira até a Praça dos Sagrados Corações. E

outras campanhas que fazíamos, como em época de eleições, com isso os políticos arrumaram briga com as Irmãs, até conseguirem a saída delas de vez. (Turmalina)

Em decorrência das novas diretrizes estabelecidas pela Igreja no Brasil, o trabalho das Irmãs voltou-se para o movimento comunitário, e as atividades educacionais foram sendo, gradativamente, entregues às ex-alunas. Em 1971, uma destas, Francy Paula dos Santos Anchieta, assumiu a direção da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção. Naquela ocasião, as ações nas CEBs foram intensificadas; a nova frente se mostrava promissora, 26 povoados caminhavam como CEBs e a Missão das Irmãs se fazia presente em todo o município, interferindo diretamente na estrutura social, econômica e política.

No ano de 1976, as Irmãs da Assunção, então com vinte anos de atividades em terras brasileiras, pois, além de Guimarães atuavam nos municípios maranhenses de Alcântara, São Luis, Santa Inês e Viana e nos estados da Paraíba, Ceará, Alagoas e Pernambuco, deixaram Guimarães e partiram para novos desafios. No entanto, a sua obra Irmãs, sobretudo a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, permanece não apenas nas lembranças e na saudade, mas na vida dos vimarenses, já que a ação educativa proposta pelas Irmãs influenciou os destinos de mulheres e homens e, consequentemente, das gerações seguintes.

4.3 Memórias e Saudades das Ex-Alunas da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção

Apesar da inegável luta das mulheres pela ampliação de sua educação, notadamente ao longo do século XX, a narrativa histórica tradicional pouco tratou da educação de mulheres, reservando-lhe espaço menor, privilegiando outros aspectos da dimensão pública, na qual elas foram pouco percebidas. Perrot (1990, p. 98) esclarece que ” [...] no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”.

Daí o nosso interesse em focalizar a importância e o reconhecimento da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção na formação pessoal e profissional por meio das vozes de suas ex-alunas, possibilitando, assim, que as mulheres, elas mesmas, narrem a história de suas formações como sujeitos, a partir de suas próprias memórias, pois, segundo Nora (1993):

[...] A memória é vida, sempre produzida pelos grupos que vivem, e, sob esse aspecto, está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e frequentes reutilizações (NORA, 1993, p.12).

Benjamin (1982) esclarece que escrever a história significa atribuir aos anos a sua fisionomia e, nesse sentido, ouvindo as vozes das ex-alunas, procuramos apreender a história de suas trajetórias a partir da Escola Normal, considerando aspectos do contexto social da metade do século passado, especialmente da década de 1950, período de fundação da escola e ingresso dessas alunas na Instituição.

De modo geral, o discurso proferido pelos (as) ex alunos (as) é sempre carregado de boas recordações e saudades, mas também, em algumas ocasiões, revela episódios conflituosos entre as religiosas e o poder local, assim como fatos decorrentes do relacionamento entre religiosas e alunas, sobretudo as internas, quanto às questões referentes à disciplina e às regras inerentes ao convívio comunitário, ou seja, elementos constituintes das experiências dessas mulheres, daí a importância da narrativa porque,

[...] conduz à construção da noção de trajetórias como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. (BOURDIEU, 2002, p.189).

Segundo Halbwachs (1990, p.103), a memória é construída coletivamente, seja nas referências que a estruturaram, seja na sua construção, o que inclui as mudanças constantes a que está sujeita. Nesse sentido, narrar a própria trajetória implica reconstituir fatos e imagens de pessoas, objetos, lugares e situações, prática que pode permitir duração e continuidade do que é vivido.

No primeiro encontro com as quatro entrevistadas juntas, percebemos que, para elas, a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção era um símbolo. Assim, subvertendo a ideia comum de seu uso, a escola havia saído da condição de espaço utilitário para o de lugar, lugar de memória, tal como explica Nora (1993: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, (...) , porque estas operações não são naturais”.

Desse modo, passamos a instigá-las a contar-nos sobre as suas vivências nessa escola, como alunas e como professoras, em suma, suas trajetórias. Inicialmente, comentaram a importância da escola ao longo de suas vidas, declararam-se reunir até hoje para relembrar o período em que estudavam e/ou trabalhavam lá, e isto é sempre motivo de alegria, pois já estão aposentadas e participar desses encontros é também uma oportunidade para rever

amigos partilhar informações e experiências com outras pessoas. De suas narrativas, destacamos ainda:

A formação recebida nessa escola foi muito importante. Posso afirmar que foi até mais importante do que aquela que recebi na universidade, pois havia naquela escola o cuidado para que nós adquiríssemos um conhecimento capaz de mudar o rumo de nossas vidas e o de outras pessoas. As Irmãs, a todo momento, enfatizavam que seríamos nós as responsáveis pelo futuro e pelo sucesso da escola, de alguma forma assumimos mesmo essa responsabilidade. (Esmeralda).

Na Escola, tivemos a oportunidade de transitar pelos labirintos que levam à verdadeira formação docente. Ao término do curso, senti-me preparada para assumir a minha primeira sala de aula, já como profissional pude colocar em prática o aprendizado adquirido lá, e apesar dos imensos desafios enfrentados, tinha consciência daquilo que estava fazendo. (Jade).

A minha entrada na Escola Normal representou também um ganho social para a minha família; constantemente eu era convidada a participar das festividades, tinha voz boa, sabia declamar poesias. Formei-me professora, passei a ganhar um salário, que mesmo não sendo tanta coisa, ajudava nas despesas de casa e ainda comprava bons tecidos e mandava fazer vestidos ao meu gosto. (Turmalina).

A formação dada pelas Irmãs teve muita importância principalmente para nós mulheres. Ali éramos desafiadas a refletir sobre a nossa submissão em relação aos homens, e olha que ainda não se falava com tanta intensidade sobre os direitos das mulheres. Mas as Irmãs sempre tratavam esses assuntos que hoje se tornaram comum: a saúde, os cuidados com o corpo, a prevenção, as condições de trabalho. Todas essas coisas que naquele tempo até causavam espanto. De modo que a nossa formação era abrangente, viva, nós éramos os sujeitos naquele processo e a nossa prática não foi diferente, daí a nossa amizade perene com os nossos colegas, nossos ex-alunos e todas as pessoas daquele tempo. (Safira)

As ex-alunas esclareceram com muita convicção o papel dessa Escola, tendo a iniciativa pioneira das Religiosas como elemento principal de suas trajetórias profissionais, o que nos fez perceber uma fina sintonia com os postulados de Freire, remetendo-nos à seguinte assertiva desse educador:

É preciso que, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem **formar** é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discância, as duas se explicam e seus objetivos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. (FREIRE, 1999, p.25).

Relação também estabelecida por uma das entrevistadas, ao afirmar:

A minha formação na Escola Normal não foi romantizada, embora a figura da professorinha dos anos 50 remettesse a isso. Talvez por serem estrangeiras as Irmãs nos anteciparam aquilo que Paulo Freire, mais tarde, teorizou sobre a formação de professores, ou seja, uma prática consciente e contextualizada pelas vivências. Eu trago isso até hoje na minha vida e tem dado certo. (Safira).

As narrativas ilustram bem a citação de Freire, acima descrita, e denotam a afinidade existente entre o que ele preconizava como modelo de educação e a formação recebida por essas mulheres que se tornaram professoras, a qual ocorre concomitantemente ao processo de, adaptação de suas formadoras, as religiosas canadenses, no Brasil. Outro componente a ser destacado diz respeito às condições materiais enfrentadas pela população de Guimarães, face aos condicionantes históricos que resultaram em profundo atraso socioeconômico desse município.

O clima de mudanças que marcou os anos 1950 no País, como a eleição de Juscelino Kubitschek, que prometia promover um desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco,” a construção de Brasília, a ampla campanha nacional com a participação popular, cujo *slogan* “o petróleo é nosso” levou à criação da Petrobrás, a intensificação das tensões sociais ligadas às desigualdades sociais, que fizeram ressurgir as Ligas Camponesas em Pernambuco, entre tantos eventos de repercussão, nada disso alterou a rotina do município de Guimarães.

Observamos que tais transformações se prefiguravam quase imperceptíveis em Guimarães, não fossem as notícias vindas pelas ondas do rádio que naquele momento estava no apogeu de seu prestígio. Ele noticiava as mudanças que vinham sendo operadas na sociedade brasileira e que provocavam alterações no modo de vida dos habitantes de algumas regiões, sobretudo das regiões Sul e Sudeste, que experimentavam a expansão do consumo e assistiam ao surgimento de novidades vindas das artes, da moda, e influenciavam novos comportamentos, mesmo nas pequenas cidades, como recorda uma de nossas entrevistadas.

Apesar de morar no interior naquela época, eu já era vaidosa, aliás, sempre fui vaidosa, até hoje com a idade que tenho gosto de estar arrumada. Nos anos 50 e 60, a moda chegava em Guimarães através das revistas e catálogos, nas principais ocasiões usávamos saias e vestidos sempre com corseletes bem estruturados para realçar o contorno da cintura, os tecidos eram floridos, com listras ou xadrez. O nosso uniforme escolar era muito bonito, blusa e saia plissada um pouco abaixo dos joelhos, que deveriam estar sempre impecáveis. Tínhamos muito cuidado, ali era a nossa identidade e tudo isso nos distingua também. Mas quando saímos da escola dobrávamos a saia na altura da cintura para virar minissaia. (JADE).

Nesse relato, percebemos a presença de elementos simbólicos que extrapolavam as atividades comuns do ambiente educativo e conferiam prestígio social às alunas da Escola Normal no contexto da metade do século passado em Guimarães. Tal fato coincide com o conceito de capital cultural elaborado por Bourdieu (2002), que afirma: “este conceito explicita um novo tipo de capital, um novo recurso social, fonte de distinção e poder em sociedades em que a posse deste recurso é privilégio de poucos”.

Lembramos que as nossas entrevistadas são mulheres oriundas de famílias portadoras de poucos recursos financeiros, porém entusiastas da educação escolarizada, que estimulavam as filhas a adotarem atitudes que as identificassem como boas moças, aptas ao casamento, também vislumbrando naquele momento uma oportunidade de inserção social e emancipação econômica com a conquista do diploma, que, por consequência, garantiria também, de certo modo, visibilidade à família, sobretudo no interior.

Tal ideário, inaugurado na República, atingiu seu ponto alto na metade do século passado, com as aceleradas mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, nos costumes, nas atividades políticas e no cotidiano da população, momento em que a educação tinha papel de destaque para o desenvolvimento do país e as mulheres passaram a ter maiores oportunidades fora do ambiente doméstico por meio da ampliação da escolaridade.

Portanto, a educação feminina como símbolo de um “dote profissional” ou “dote intelectual” era recomendada especialmente para as mulheres das camadas médias, uma alternativa para um futuro melhor, sem precisar se submeter a um trabalho manual estafante e sem reconhecimento, e também sem precisar se render a um casamento por interesse, a instrução representando uma oportunidade de uma vida mais independente (ABRANTES, 2012, p. 327).

No caso da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, a inserção profissional das alunas era evidente, tendo em vista que o principal objetivo da fundação da Escola era formar profissionais para atender a crescente demanda no município e na região. Além disso, algumas alunas da primeira e da segunda turma, já exerciam a docência, como nos declara a seguinte entrevistada:

Quando as Irmãs chegaram em Guimarães, eu já trabalhava na alfabetização de crianças no município, mas enfrentávamos muitas dificuldades com a falta de materiais e até mesmo de espaço. Apesar disso, minha família me estimulava muito, ajudavam como podiam com a compra de alguns materiais como cadernos, lápis. Aliás, lá em casa havia esse ambiente voltado para as letras, chegavam pessoas, parentes, amigos e compadres de meus pais, com cartas para serem lidas ou escritas por nós, mamãe, eu e minha irmã. Porém com a instalação do Jardim do Jardim de Infância, “O Anjo da Guarda” através de Dom Ungarelli e das Irmãs, passei a trabalhar de modo profissional, com remuneração regular e fui iniciada no método Montessori pela Irmã Maria Adélia, e com meus estudos na Escola Normal, tornei-me uma profissional reconhecida. Anos mais tarde conheci meu marido, que chegou em Guimarães para estudar no Seminário, nos casamos e viemos morar em São Luís, já nomeada continuei a minha profissão na rede estadual, fiz o curso de letras e trabalhei até me aposentar e posso dizer que fui feliz na minha profissão a partir da oportunidade que me foi dada pelas Irmãs, de estudar e trabalhar e assim conquistar a minha dignidade (Turmalina).

Aspectos da trajetória desta professora apontam para a pertinência desta Escola na valorização dos sujeitos, por meio de sua estrutura de funcionamento e seu sistema simbólico,

imprimindo sentidos e mobilizando sentimentos e situações capazes de levá-los ao desenvolvimento consciente de sua ação, considerando que

A atividade humana nunca é cega, mecânica, meramente instintiva; ela é uma ação mobilizada pelo sentido que o sujeito lhe confere. O sujeito é um ser de desejo e como tal interpreta o mundo, busca seu sentido, age (CHARLOT, 2008, p. 178).

Dessa maneira, percebemos que esse ambiente proporcionou às ex alunas maiores possibilidades, não somente de inserção no mundo produtivo, mas também de um engajamento efetivo em questões sociais diversas, fazendo-as experimentar, ao longo de suas vidas, o constante movimento de estar permanentemente com o outro, o que é corroborado pelo depoimento a seguir.

Apesar, dos meus setenta e poucos... com a vida já bastante esvaziada, não sinto solidão, sinto saudades dos que se foram, mas até com isso tenho aprendido a conviver. A maior herança da Escola para a minha vida foi aprender estar sempre em busca de algo, e isso só se mantém quando procuramos conviver entre as pessoas. Lá descobri que o mundo é cheio de tantas possibilidades que não cabem só em uma vida, talvez se não tivesse passado por lá, hoje seria uma mulher adoecida pelas frustrações que insistem em nos cercar, ao invés disso tenho aprendido e ensinado no convívio com pessoas de diferentes idades. (Safira).

Constatamos, então, que o gosto adquirido na Escola por encontros, reuniões e outras atividades coletivas tem sido de grande valia na atual fase da vida dessas mulheres que ainda são capazes de manter uma agenda social e estabelecer redes de relacionamento com diversos grupos. Isso vem permitindo uma nova configuração da pessoa mulher na fase idosa, cujo caminho percorrido, repleto de variados atravessamentos, deixa claro que a sua relação central no mundo é consigo mesma, ao contrário do que em geral imaginamos, pois,,

É para elas mesmas que as mulheres se voltam, e, se elas agem dessa forma, é antes de tudo porque querem afirmar-se como sujeitos livres e responsáveis e não como produtos do poder masculino [...], para além mesmo da proteção de si contra as violências e discriminações, as mulheres estão engajadas numa construção de si que resisteativamente a todas as formas de fragmentação ou de dissolução da personalidade (TOURAIN, 2010, p. 56-57)

Essa afirmação é presente em muitos pontos das narrativas das mulheres sujeitos desta pesquisa, as quais tiveram que superar desafios para atingir seus objetivos, e estes não se restringiam apenas à independência econômica, à maternidade e à estabilidade conjugal, era sobretudo, manter o equilíbrio e a capacidade de recompor-se face às adversidades. É o que confirma esta fala:

Conciliar vida familiar e trabalho docente não foi fácil. O crescimento profissional de uma mulher não depende apenas da sua vontade e de seu empenho, tem todo um conjunto de situações que envolvem isso, no meu caso, trabalhar em três turnos foi

durante muito tempo a solução para manter financeiramente uma família, composta de um marido cujo rendimento mensal era irrisório, filhos pequenos e ainda esticar o tempo para realizar tantas tarefas. O balanço de tudo isso resultou no divórcio que tirou de mim o compromisso de demonstrar uma falsa situação: a de que o meu companheiro era o provedor da casa; isso era muito comum na minha época, marido ir à quitanda pagar o caderno do mês com o dinheiro do salário da esposa professora. Apesar da formação religiosa que me sustenta, a separação me fez sentir inteira, a decisão foi planejada por mim com cuidado e respeito, avaliando vários cenários. Nesse sentido, a minha profissão foi fundamental porque pude me organizar com autonomia e viver outras felicidades. (Esmeralda)

Sobre a contribuição das mulheres professoras na renda familiar, destacamos que o salário das professoras e dos aposentados rurais, respondem pela maior movimentação financeira no município de Guimarães, na atualidade. Quanto aos efeitos destes dados no âmbito das relações conjugais e familiares, não temos informações que possam subsidiar uma análise, o que aliás merece uma investigação, a fim de identificarmos as possíveis mudanças, pois LE GOFF (1998) alerta que é um tempo de estruturas que mudam muito lentamente.

É possível, entanto, que os resquícios de antigos costumes ainda prevaleçam no imaginário local, fazendo com que as mulheres continuem a atribuir aos seus companheiros a maior contribuição nos rendimentos do lar, para assegurar a eles o papel histórico de mantenedores da família, afinal, durante séculos foi cristalizada a ideia de que “as mulheres inteligentes ou cultas eram incentivadas a ajudar o marido, caso fosse preciso, mas deveriam fazê-lo de forma tal que o marido não se sentisse humilhado ou aborrecido por ter seu território invadido por uma mulher”(BASSANEZI, 1997, p. 637).

Diante disso, é fundamental que compreendamos quem são os sujeitos atuantes no processo educacional, e sendo a mulher professora presença marcante em nossa realidade social, faz-se necessário, uma análise a partir da definição do que é ser mulher em nossa sociedade e quais estereótipos femininos permeiam a docência, que, via de regra, permanecem ligados aos aspectos maternais, mas também podem revelar a importância da contribuição feminina na economia familiar.

Em meio às entrevistas surgiram vários comentários acerca dos papéis desempenhados pelas mulheres professoras nos sistemas de ensino e cada uma das entrevistadas passou a manifestar as suas impressões sobre este assunto, tendo sido reiterado com frequência o incentivo das Irmãs para que as recém-formadas assumissem outras funções além daquelas da sala de aula, e foi assim durante os anos em que estiveram à frente da Escola Normal, segundo confirma a depoente a seguir.

Desde a fundação até o ano de 1971, quando deixaram a direção da Escola, nenhum homem assumiu a direção e eu acho que essa tradição de mulheres na Diretoria durou até os anos 1990, quando o Estado criou as Gerências Regionais de Educação⁷ e o cargo de diretor se tornou deliberadamente abrigo de correligionários políticos, aí professores homens com alguma vinculação política passaram a desempenhar essa função. (Jade).

Assinalamos a pertinência dos comentários elencados, uma vez que evidenciam a presença da mulher em cargos de comando na realidade educacional de Guimarães, em meio à seguinte contradição: as mulheres, em grande número no magistério, permanecem como a representação da “professora primária,” e os homens, os grandes representantes, em cargos educacionais de poder, ocupando secretarias, ministérios e demais cargos majoritários.

Pelos depoimentos, percebemos que as mulheres eram estimuladas a assumir funções de comando desde a sua formação; cada sala de aula contava com um (a) líder, e nas duas primeiras turmas as eleitas foram mulheres: da primeira turma, Aldalena da Silva Ferreira, e da segunda turma, Albina Diva da Silva Brito. Destacaram ainda que as eleições eram marcadas por mobilizações na escola, conforme comentário de Esmeralda.

As eleições eram animadas, aliás, em Guimarães, eleições de toda ordem são sempre um acontecimento, e o papel da líder naquela época era ajudar a recepcionar os novos alunos, mediar os assuntos entre a turma e as Diretoras, ajudar os professores em algumas atividades, como coordenar festividades e passeios. Tudo isso nos ajudou muito a escrever Atas de reuniões, elaborar planilhas de custos, demonstrativos de despesas, enfim, organizar rotinas de modo que ficasse claro as nossas ações. (Esmeralda)

Com os conhecimentos adquiridos na Escola, muitas ex-alunas exerceram as funções docentes simultaneamente a funções administrativas e quando isso não era possível, licenciavam-se. Dentre elas, algumas assumiram as funções de Professoras, Diretoras de Escolas, Vereadora, Deputada Estadual e Prefeita Municipal.

Dessa maneira, as entrevistas mostram que a formação oferecida na Escola Normal possibilitou às egressas autonomia pessoal e profissional o que lhes propiciou, entre outras, a redefinição de papéis, mudanças e até o rompimento com modelos tradicionais de postura da mulher na sociedade, dando-lhes outras identidades.

⁷ A criação das Gerências Regionais, a que se refere a entrevistada, surgiu no âmbito da Reestruturação Administrativa do Estado do Maranhão, conforme o disposto na Lei nº 7.356 de 29 de dezembro de 1998. Nomeadas como Gerências de Articulação e Desenvolvimento, onde se situam as UREs – Unidades Regionais de Educação, atualmente presentes em dezenove regiões do Estado. Desde o ano de 1976, o Governo Estadual assumiu a manutenção da então Escola Normal Nossa Senhora da Assunção e nos anos 1990, após a promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, deixou de oferecer o curso de formação de professores, tornando-se CEM – Centro de Ensino Médio Nossa Senhora da Assunção, oferecendo apenas o Ensino Médio regular.

Segundo Hall (2005), a identidade não é um todo unificado e bem delimitado. Há um constante descentramento/deslocamentos que são permeados por antagonismos sociais, que possibilitam a formação de novas identidades, produzem novos sujeitos, não mais com identidades fixas e estáveis, mas sujeitos fragmentados, com identidades abertas, inacabadas, em contínuo processo, assim como a história desses sujeitos.

Percebemos ainda que, a partir da formação profissional docente, houve um ganho significativo para as egressas da Escola Normal, o estímulo à busca de novos desafios, as possibilidades vislumbradas e sobretudo as conquistas alcançadas mostram que a proposta educativa das Irmãs da Assunção se distingua da concepção de educação tradicional consolidada no País.

E nesse ponto podemos identificar a confluência de ideias presentes na Ordem Religiosa Irmãs da Assunção com o pensamento progressista de setores da Igreja conhecido, anos após a chegada das Irmãs, como Teologia da Libertação, corrente teológica cristã com origem na América Latina, que defendia a interpretação do Evangelho a partir da opção preferencial pelos pobres e excluídos, em um período marcado por ditaduras em toda a região Latinoamericana.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar a relevância da então Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, do município maranhense de Guimarães, na construção das trajetórias pessoais e profissionais de suas ex-alunas, a partir de suas narrativas. Compreendemos que trazer a lume a experiência educacional vivida pelas mulheres na Escola Normal, implica tornar conhecidas as lutas, resistências e as conquistas dela decorrentes; a importância social do estudo, as mudanças sociais e culturais, assim como a valorização da mulher. Mas, é, sobretudo, dar voz às operárias da história.

Conforme discorremos, os trabalhos publicados que tratam da ação educativa empreendida por missionários canadenses, em Guimarães, nos anos finais da década de 1950, pouco evidenciam as mulheres como sujeitos dessa ação educativa, apesar de a Ordem Religiosa Irmãs da Assunção da Santa Virgem, integrante da Missão, ter sido a idealizadora e executora da ação educativa em terras vimarenses. Ação esta que deu origem ao empreendimento composto de Pré-Escola, Ginásio e a Escola Normal, possibilitando aos seus

alunos, pois se tratava de uma Instituição mista, a oportunidade de estudos e inserção no mundo do trabalho, fato que favoreceu sobremaneira as mulheres.

Portanto, explicitar o protagonismo das Irmãs da Assunção significa romper com o silêncio que vem apagando percursos e trajetórias de sujeitos sociais que construíram a história da educação no Maranhão. Assim, esse silêncio, na denúncia de Benjamim (1993), representa a perda de nossa capacidade de contar e partilhar experiências.

Face ao exposto, optamos por fazer ouvir as vozes das outras mulheres sujeitos da ação missionário-educativa em destaque: suas ex-alunas, e, a partir delas, de suas memórias e saudades, compreender a importância da referida instituição para suas vidas.

Assim sendo, após transitarmos pelas memórias de nossas entrevistadas, por elas narradas, percebemos a importância das experiências adquiridas na Escola para a construção de seus objetivos pessoais, bem como para a sua vida profissional. Novos modos de ser, que foram sendo incorporados pela capacidade de redimensionamento de ações que resultaram em bem-estar, autoconfiança e autonomia para essas ex-alunas, hoje, senhoras.

A Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção foi um marco tanto para o município de Guimarães quanto para a Baixada maranhense, tendo em vista o seu pioneirismo, principalmente no que se refere ao conteúdo formativo ministrado, que significou a ampliação e inserção de mulheres na vida social, por abordar questões do cotidiano, de modo a provocar e a incitar mudanças, que, de certo modo, influenciaram o município como um todo. Neste a situação de atraso social era acentuada pelo isolamento geográfico, pela ausência do poder estatal e prevalência de um pequeno grupo político local que agia em benefício de seus próprios interesses, num período (segunda metade do século XX) em que as notícias chegavam pelo rádio e a principal via de acesso à capital, São Luís, era a travessia marítima em precárias embarcações.

A instalação dessa Escola Normal imprimiu, portanto, perspectivas novas no município, com a chegada de estudantes de outras localidades, mas também pelos eventos promovidos por aquela instituição, que propiciavam o envolvimento de todos. Isso fez surgir uma nova cultura, um tanto mais consoante com os acontecimentos que ocorriam no País, de modo que a situação de isolamento foi sendo gradativamente alterada.

Vimos que, para além das orientações curriculares, as alunas puderam vivenciar experiências que as ajudaram a imprimir um diferencial em suas práticas profissionais que iam ocorrendo simultaneamente à sua formação, nos espaços do Jardim de Infância e no Ginásio, criados para esse fim. Tais experiências baseavam-se, também, no envolvimento e na participação nas situações do cotidiano da escola e do município como festividades, mobilizações sociais e ações em prol do benefício comum.

A participação, esse rico componente cultural, nem sempre visível no currículo oficial prescrito pela Escola, porém muito caro à Ordem Irmãs da Assunção da Santa Virgem, tendo em vista que o seu princípio essencial era a educação na perspectiva da autonomia humana, foi o acesso principal das mulheres às conquistas de direitos e reconhecimento como sujeitos de protagonismo nos espaços sociais. Assim, evidenciamos aspectos da constituição da identidade docente, considerando que essas mulheres são pessoas singulares, atravessadas por uma identidade de gênero e pelas experiências vividas no percurso da vida que se segue.

As vozes das ex-alunas revelaram o lugar que cada uma vivenciou, o que representou, e ainda representa, a passagem pela Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, reforçando a ideia da valorização do indivíduo no processo de pensar e narrar sua trajetória que, por sua vez, não se dá desarticulada da história de outros sujeitos, nem dos espaços e tempos em que estão inseridos.

Percebemos também como individualmente lidaram com as limitações e interdições impostas, em geral à condição de mulheres professoras e as dificuldades para conciliarem a vida conjugal/familiar com diversas atividades. Quanto à formação oferecida pela Escola Normal e às relações de gênero ali construídas, o que verificamos foi que esta instituição, embora não tenha rompido totalmente com o estabelecido, tentou implantar o novo, e não se dobrou à força externa que percebe a mulher como um ser de menor potencial, suavizando com isso, o processo educativo sexista.

Desse modo, podemos afirmar que esta pesquisa pode ensejar muitas outras, pelas questões que não conseguimos abordar e que merecem maior atenção, tais como: a importância da contribuição econômica da mulher professora na renda familiar e seus reflexos nas relações conjugais; os percursos formativos das mulheres professoras em Guimarães na atual conjuntura social e tantas outras questões.

No desenvolvimento da pesquisa, ficou evidenciado que a ação educativa das religiosas foi de grande valia para o acesso de mulheres à docência, pois, do ponto de vista das representações das entrevistadas, as experiências vivenciadas naquela escola possibilitaram muito mais que o acesso à vida profissional; permitiram que elas mesmas desenvolvessem uma imagem positiva de si, o que propiciou diversas reelaborações de suas identidades pessoais e profissionais.

Outro aspecto que merece destaque é o pensamento progressista e renovador presente nas ações das Irmãs, que pode ter favorecido uma formação ampla às mulheres, e da voz de uma das entrevistadas foi possível ouvir que a educação por ela recebida priorizava a prática consciente e contextualizada pelas vivências.

Convém salientar ainda que, naquele momento, foi se delineando um ambiente favorável às discussões e mobilizações em torno de interesses coletivos e contra os privilégios dos grupos dominantes, com a anuência de setores da Igreja Católica no Brasil. Setores com os quais a Congregação se identificava e mantinha permanente contato, no Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, entre outros Estados, fazendo com que as informações acerca das organizações sociais no País, circulassem em Guimarães. Esses contatos também favoreceram a ida de várias alunas a seminários, congressos e encontros sobre educação e movimentos sociais, nos quais elas iam percebendo as assimetrias regionais, modos de comportamento, possibilidades e desafios.

Para Del Priore (2012), uma abordagem utilizada com êxito para ouvir a história vinda de baixo baseou-se na história oral e na recuperação da memória feminina, pois se tornava indispensável reabilitar a subjetividade e introduzi-la na interpretação das fontes, o que vem permitindo a identificação de espaços e de estratégias que promoveram o desenvolvimento das mulheres em diferentes épocas e localidades, como foi o caso da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção.

Nesse sentido, destacamos a vitalidade da ação educacional promovida pelas Irmãs da Assunção em favor das mulheres, inserindo-as na vida pública por meio do estudo, ação que se distinguia dos modelos educativos tradicionalmente ofertados nas instituições de orientação confessional na segunda metade do século XX, que ainda priorizavam a formação docente com características referendadas pela sociedade, com base em atributos como recato e

docilidade, o que, de certo modo, demarcava as funções e locais de atuação das mulheres e reforçava o ideário feminino de fragilidade e submissão.

Notamos também que, até os dias atuais, essas mulheres, ex-alunas e ex-professoras fazem uso dos conhecimentos adquiridos na Escola, e esses conhecimentos foram, ao longo desses anos, preservados e reconfigurados pelas teias por elas engendradas, através da comunicação, de encontros, festas, velórios, missas e viagens, ocasião em que partilham recordações e reproduzem rituais próprios da escola, acrescentando novas experiências à atual fase das suas vidas, em que o ciclo laboral produtivo foi encerrado e novas perspectivas vão sendo vislumbradas pelo olhar de quem aprendeu que educação é para toda a vida.

De acordo com Arendt (1975, p. 59-60), a pluralidade, a presença dos outros que veem e ouvem o que nós vemos e ouvimos, constitui a garantia da realidade do mundo e de nós mesmos; a percepção humana da realidade depende totalmente da aparência e, portanto, da existência de uma esfera pública. Esta afirmação ilustra a percepção que as ex-alunas têm das suas trajetórias, a partir da Escola Normal, pois, ao narrarem suas experiências pessoais e profissionais, consagraram os espaços sociais e as atividades por elas realizadas nesses espaços, em diferentes épocas, como o ponto central de suas existências. Assim, não se consideram vítimas de doenças, de problemas familiares ou financeiros, observamos nelas, uma grande capacidade de superação, disponibilidade e alegria. Falam em saudades, muitas saudades, mas fazem questão de enfatizar que não é saudade-dor, é saudade- lembrança.

Assim, constatamos, nesta pesquisa, que um dos legados da Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção foi possibilitar às suas ex-alunas a compreensão das complexas dinâmicas relacionais e sociais que incidem sobre os sujeitos em seus percursos e a importância da busca permanente por novos conhecimentos, tendo como ponto de partida as experiências educacionais, visto que as narrativas mostraram estratégias, as mais diversas, utilizadas pelas ex-alunas para atingirem seus intentos. Os namoros, a transformação do uniforme em minissaia na saída da escola, o planejamento para a separação conjugal e por fim, as novas sociabilidades por elas descobertas ou inventadas foram formas de enfrentamento da solidão, das perdas, doenças e limitações.

Portanto, essas narrativas mostraram trajetórias vitoriosas, e, apesar das recorrentes dificuldades, mostraram também indícios de autonomia política, social e psicológica, expressos em suas atitudes frente às mais variadas situações, tendo em vista que a situação

das mulheres, ainda que apresentando conquistas e avanços, é marcada por muitos obstáculos, ostensivos ou sutis, mas eles são constantemente atualizados ideologicamente no cotidiano da dominação.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **Dote profissional:** o magistério feminino em São Luís na Primeira República, In: CASTRO, César Augusto; CATELLANOS, Samuel Velazquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro. (Orgs.). Escritos de História da Educação Brasil e Portugal. São Luís. Café e Lápis, 2012
- ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução:** sexualidade Feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); Carla Bassanezi (Coord. de textos) História das mulheres no Brasil. 7ed- São Paulo: Contexto, 2004.
- ARENKT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Feminização do Magistério:** vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- CASTELO BRANCO, Lúcia. BRANDÃO, Ruth Salviano. **A mulher escrita.** Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2004.
- CHARLOT, Bernard. **Fundamentos e usos do conceito de relação com o saber.** In: DIEB, Messias (org.). Relações e Saberes na Escola: os Sentidos do Aprender e do Ensinar. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, pp. 173-184.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. **A miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BOSCHI, Caio César. **Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão.** Arquivo Histórico Ultramarino. São Luís, 2002
- CANTIN, Henriette. **Um sábio apostava tudo por amor:** Jean Harper. Tradução: Georgette Desrochers. São Luís: Edições Linha D'Água, 2011
- CASTRO, César Augusto. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império:** 1835-1889. São Luís: EDUFMA, 2009

- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares. Teoria & Educação.** Porto Alegre, nº 02, p. 177-229, 1990.
- CURY, C. R. Jamil. **Educação e Contradição.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995.
- DALLABRIDA, Norberto. **Das Escolas Paroquiais às PUCS: Repúblida, recatolização e escolarização.** In: Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol. III, século XX. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- DESROCHERS, Georgette. Audácia e Esperança em Terra Brasileira: As Irmãs da Assunção da Santa Virgem no Brasil (1956-2006). Gráfica e Editora Linha D'Água: São Luis, 2010.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (orgs). **História das Mulheres: a Idade Média.** Porto: Afrontamento, 1990.
- DUBAR, Claude. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. Trad. Annette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro Lamas. Porto. 1997.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 1994.
- FALCI, Miridan Knox. **Mulheres do Sertão Nordestino.** In: DEL PRIORE, Mary. (Org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: 7 ed. Contexto, 2004.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil.** 3 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.
- FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais.** In: DEL PRIORE, Mary. (Org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: 7 ed. Contexto, 2004
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo/; Paz e Terra, 1996
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Rio de Janeiro: Grall, 2000.
- GATTI JÚNIOR, Décio. **Estudo sobre o processo de constituição do ensino e da pesquisa em História da Educação no Brasil (séculos XIX e XX).** In: MORAIS, Christianni Cardoso.

- PORTES, Écio Antonio. ARRUDA, Maria Aparecida (orgs). História da Educação: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006
- GOMES, Osvaldo Luís. **As Disputas pelo Poder Político em Guimarães (1930-1972): uma primeira abordagem.** Monografia – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1997
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JULIÁ, D. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, nº01, p. 9-43, jan/jun, 2001.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Educação na Baixada Maranhense: 1828-1889.** SIOGE, São Luís, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Beranrdo Leitão [et all] 5^a ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.
- LELIS, Isabel. A construção social da profissão docente no Brasil: uma rede de histórias. In: TARDIFF, M. LESSARD, C. **Ofício do professor:** histórias, perspectivas e desafios internacionais. Petropólis: Vozes, 2008, p. 54-56.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão.** São Luís, 1970
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão.** Rio de Janeiro, 1970
- MATOS, M.I.S. de. Na trama do cotidiano. In: **Cadernos Ceru.** n.5, série 2, 1994, p.13-27
- MEIRELES, Mário Martins Meireles. **França Equinocial.** 2 ed. São Luis, 1982
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais:** colonialidades, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003
- NORA, Pierre. **Entre memória e história a problemática dos lugares.** In: *Projeto História.* São Paulo, 2003.

- NÓVOA, Antonio. **Professores:** imagens do futuro presente. Educa: Lisboa, 2009
- NUNES, Iran de Maria Leitão. **Ideal Mariano e Docência:** a identidade feminina da Proposta Educativa Marista (tese de doutorado), Natal, 2006.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: Del Priore, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo.7 ed. Contexto, 2004
- OLIVEIRA, Paulo. **Cronologia da História de Guimarães.** São Luís: LITOGRÁF, 2007
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Projeto Nacional e Escolarização:** a transição para a república e suas primeiras décadas. In: MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antonio; Arruda, Maria Aparecida. (Orgs.) Historia da Educação: ensino e pesquisa. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petropólis, RJ: Vozes 2009
- ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1937).** 24. Ed. Petropólis. Vozes, 2000.
- SALDANHA, Lílian Maria Léda. **A Instrução Pública Maranhense na Primeira Década da República: (1889-1899).** Imperatriz: Ética, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família:** Século XIX. São Paulo: Marco Zero 1989.
- SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004.
- VALERIO, Adriana. **A presença feminina no Vaticano II:** as 23 mulheres do Concílio. [tradução Paulinas Editora Prior Velho, Portugal]. São Paulo: Paulinas, 2014. (Coleção revisitando o Concílio).
- SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920).** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

TOURAINE, Alain. O mundo das Mulheres. Tradução: Francisco Morás, 2 ed. Petropólis, Vozes, 2010

VINÃO FRAGO, Antonio. **História da Educação e História Cultural:** possibilidades, problemas e questões. *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo, 1995, nº 05

WERNET, Augustín. **O auge da romanização:** o Concílio Plenário da América Latina. Anais da Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 10, 1991^a, p. 197-199. Curitiba

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista a ser aplicada aos ex-alunos e ex-alunas da Escola
Normal Regional Nossa Senhora da Assunção**

1. Identificação

Entrevistado (a)

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Idade:

Sexo:

Município onde nasceu:

2. Perguntas

- 1) Qual a sua opinião sobre a Escola e qual a contribuição desta para a sua formação humana e profissional?
- 2) Foi aluno do sistema interno?
- 3) Qual a sua formação?
- 4) Qual a sua profissão?
- 5) Era comum os alunos participarem de atividades curriculares fora da escola? Quais?
- 6) Você participou de atividades junto à comunidade?
- 7) Você desenvolve na atualidade, atividades religiosas? Quais?
- 8) A escola contribuiu para o seu processo de emancipação social?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista a ser aplicada às IASV – Irmãs da Assunção da Santa Virgem e ao Padre Marcelo Pépin.

1. Identificação

Entrevistado (a):

Data de Nascimento:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade:

2. Perguntas

- 1) Conte sua experiência como membro da Congregação e/ou como membro da Missão.
- 2) Como vem sendo tratada a questão educacional dentro da Ordem, desde a sua fundação?
- 3) O que você sabe sobre as atividades desenvolvidas em Guimarães pelas religiosas? Você participou da Missão?
- 4) Qual a importância da experiência vivenciada em Guimarães para a Congregação?
- 5) As atividades educacionais formais são desenvolvidas na atualidade ou houve modificações quanto à atuação da Congregação? De que modo?
- 6) Quais as atividades desenvolvidas no Brasil e em especial no Maranhão?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE C – Relação Nominal dos alunos da primeira turma da Escola Normal Regional
Nossa Senhora da Assunção - 1957/1960**

- 1- Humberto Souto
- 2- José Carlos Costa Pimenta
- 3- Maria do Carmo Borges
- 4- Marilene Cordeiro Machado
- 5- Isabel da Silva Barbosa
- 6- Francy Paula Matos dos Santos
- 7- Lindalva Ferreira
- 8- Maria da Natividade Moura Mota
- 9- Maria de Nazaré Louzeiro Pereira
- 10- Luzia Ferreira Araújo
- 11- Antonina Silva Santos
- 12- Marileila Viégas Diniz
- 13- Maria de Lourdes de Deus Silva
- 14- Maria dos Anjos Santos
- 15- Maria Clara Cunha Ramos
- 16- Juliana Cunha Bastos
- 17- Clenilta Moraes de Azevedo
- 18- Clenilde Moraes de Azevedo
- 19- Aldalena Ferreira Silva
- 20- Raimundo Penafort Nogueira
- 21- Janilson Coutinho Schalcher
- 22- Evilton Silva Melo
- 23- Antonio Luís Gomes Brito

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE D – Relação Nominal dos alunos da segunda turma da Escola Normal Regional
Nossa Senhora da Assunção 1958/1961**

- 01- Francisca Cardoso Pereira
- 02- Moizelú Silva Tobias
- 03- Conceição de Maria Schalcher
- 04- Antomar Magalhães Diniz
- 05- Antonio Reginaldo Lopes
- 06- Antonio Carlos Gomes Brito
- 07- Ivan Goulart Braga
- 08- Merice Vita da Silva
- 09- Maria Luísa Ferreira Silva
- 10- Albina Diva da Silva
- 11- Lizenildes Silva Mota
- 12- Zenaide do Socorro Matos dos Santos
- 13- Luiza Maria Magalhães Anchieta
- 14- Otília Marilu Martins
- 15- Paula Ermita Cruz Lopes
- 16- Maria Alda Davi Lima
- 17- Clenilce Moraes de Azevedo
- 18- Irlete Cunha Lobão
- 19- Marizel Silva dos Santos
- 20- Teresinha de Jesus Fernandes Borges
- 21- José Murilo Nunes de Sousa
- 22- Dilma Maria Braga da Luz
- 23- Ana Amália Braga Mota
- 24- Sílvia Maria Cardoso Maia
- 25- José Benedito Araújo
- 26- Valdeci Correia Cardoso